



O estudante universitário e o ano de 2020

RELATÓRIO DE PESQUISA

Concepções, vivências e práticas durante a pandemia da Covid-19 no
CCS/UFES

Margareth Attianezi
Jaimel de Oliveira Lima
Vitor Sérgio Borges
Gabriel Trevizani Depolli
Andre Angelo Ribeiro de Assis Filho
Izabela Novais Ferreira
Wallace Silva Vargas



O estudante universitário e o ano de 2020

RELATÓRIO DE PESQUISA

Concepções, vivências e práticas durante a pandemia da Covid-19 no
CCS/UFES

Margareth Attianezi
Jaimel de Oliveira Lima
Vitor Sérgio Borges
Gabriel Trevizani Depolli
Andre Angelo Ribeiro de Assis Filho
Izabela Novais Ferreira
Wallace Silva Vargas


Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

Canva pro for education

Edição de arte

Vitor Sérgio Borges

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Biológicas e da Saúde

Profª Drª Aline Silva da Fonte Santa Rosa de Oliveira – Hospital Federal de Bonsucesso

Profª Drª Ana Beatriz Duarte Vieira – Universidade de Brasília

Profª Drª Ana Paula Peron – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás



Prof. Dr. Cirênio de Almeida Barbosa – Universidade Federal de Ouro Preto
Prof^o Dr^a Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Prof^o Dr^a Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^o Dr^a Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Prof^o Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^o Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^o Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^o Dr^a Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Prof^o Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Aderval Aragão – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Prof^o Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^o Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^o Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Maurilio Antonio Varavallo – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^o Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^o Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^o Dr^a Sheyla Mara Silva de Oliveira – Universidade do Estado do Pará
Prof^o Dr^a Suely Lopes de Azevedo – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Prof^o Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Welma Emídio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco



O estudante universitário e o ano de 2020 – Relatório de pesquisa: concepções, vivências e práticas durante a pandemia da Covid-19 no CCS/UFES

Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82 O estudante universitário e o ano de 2020 – Relatório de pesquisa: concepções, vivências e práticas durante a pandemia da Covid-19 no CCS/UFES / Margareth Attianezi, Jaimel de Oliveira Lima, Vitor Sérgio Borges, et al. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Outros autores
Gabriel Trevizani Depolli
André Ângelo Ribeiro de Assis Filho
Izabela Novais Ferreira
Wallace Silva Vargas

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0210-7
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.107222006>

1. Estudantes universitários. 2. Pandemia - COVID-19. I. Attianezi, Margareth. II. Lima, Jaimel de Oliveira. III. Borges, Vitor Sérgio. IV. Título.

CDD 378.3

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



PREFÁCIO

Prefaciara obra “O ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO E O ANO DE 2020 - Relatório de Pesquisa: Concepções, Vivências e Práticas durante a pandemia da COVID-19 no CCS/UFES” é uma tarefa importante e denota grande responsabilidade, frente às incertezas e aos desafios impostos às Universidades Públicas pela pandemia de Covid-19.

Mais do que um relatório técnico de pesquisa, este *e-book* apresenta uma vultosa análise das experiências e dos sentimentos de estudantes universitários do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo (CCS/UFES), diante das mudanças causadas pela pandemia do novo coronavírus, num cenário de dúvidas e inseguranças, que já levou à morte mais de 600 mil brasileiros. E que, no meio acadêmico, culminou com a suspensão das atividades acadêmicas e a implementação das atividades remotas de ensino, que impactaram a rotina diária e de trabalho de estudantes e de professores.

Comprometida com a tríade universitária (ensino, pesquisa e extensão) e cingida de grande competência, a Profa. Dra. Margareth Attianezi, juntamente com seus colaboradores, nos apresenta uma análise do perfil sociodemográfico dos estudantes universitários do CCS/UFES impactados pela pandemia, e discorre sobre o percurso acadêmico destes estudantes, as mudanças em sua rotina de vida e os sentimentos vivenciados no período de distanciamento social, durante a paralisação das atividades universitárias.

E a organizadora desta obra não poderia estar mais autorizada para falar deste assunto. Margareth Attianezi é doutora pela Fiocruz e possui mais de 30 anos de experiência profissional, com vasta atuação em ações de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de Fonoaudiologia da Universidade Federal do Espírito Santo, na área de Saúde Coletiva. Credenciais que não deixam dúvidas de que se trata de uma profissional altamente qualificada e preparada para conduzir esta obra.

Desejo a todos uma agradável e profícua leitura. Que possamos tirar deste *e-book* conhecimentos e reflexões que corroborem para a implementação de normas e políticas universitárias capazes de atender as demandas socio sanitárias trazidas pela Covid-19, permitindo o aprimoramento do ambiente universitário contemporâneo.

Prof. Dr. Luciano Garcia Lourenção

Enfermeiro, Doutor em Ciências da Saúde, Professor Titular-Livre da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Editor associado da revista *Enfermagem em Foco*, do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN).

APRESENTAÇÃO

O projeto de pesquisa ANÁLISE DE CONCEPÇÕES, VIVÊNCIAS E PRÁTICAS DOS ESTUDANTES DA SAÚDE DO CCS/UFES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 foi elaborado em meio às incertezas que a nova realidade nos impôs. A primeira pandemia do século descortinou as fragilidades dos sistemas de saúde, educação, assistência social e econômicos mundiais.

Em maio de 2020, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) lançou o Edital: Propostas de Projetos e Ações de Pesquisa, Inovação e Extensão para o Combate à COVID-19 - PRPPG/PROEXT/UFES, objetivando o desenvolvimento de ações para o combate à COVID-19, assim como as consequências da pandemia, de quaisquer tipos e modalidades, nas diversas áreas de conhecimento. Esse edital serviu de estímulo para que nosso pequeno grupo criasse uma proposta.

Nosso projeto une a Saúde Coletiva com a Ciência da Computação, através do encontro entre uma professora e um doutorando, preocupados com as políticas de assistência estudantil. A essa dupla, rapidamente se juntaram três estudantes de graduação da área da saúde e, posteriormente, outros dois, o que deu o tom e a voz da pesquisa.

Nosso objetivo maior foi de analisar as concepções, vivências e práticas dos estudantes de graduação da saúde do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFES durante a pandemia da COVID-19 e o trabalho de campo foi realizado nas duas primeiras semanas do mês de julho de 2020. Naquele momento, queríamos compreender o percurso acadêmico dos graduandos no decorrer da suspensão das atividades de ensino - que perduraram até setembro do mesmo ano, sendo a retomada realizada através de ambientes virtuais de ensino; entender quais foram as fontes de informações mais utilizadas na referência ao novo coronavírus; conhecer as novas rotinas impostas e seu impacto na vida pessoal e acadêmica; aferir os casos de COVID-19 entre estudantes e pessoas de seu ciclo próximo e conhecer os sentimentos vivenciados. A fim de atingirmos esses objetivos, criamos um questionário *online* que foi composto ainda de perguntas relativas ao perfil socioeconômico e acadêmico, totalizando 94 questões.

Hoje, novembro de 2021, o país conta com 22,4 milhões de pessoas infectadas pelo SARS-CoV-2 desde o início da pandemia, e contabiliza 613.339 mil mortes pela COVID-19. A época da realização do questionário, tínhamos pouco mais de 2,5 milhões infectados e 47.748 mil mortos, demonstrando o crescimento exponencial da enfermidade (OUR WORLD IN DATA, 2020). Uma enfermidade com possibilidade de rápido agravamento de quadros clínicos e de sequelas, configurando um cenário desconhecido das ciências da saúde.

Contudo, a pandemia também demonstrou seu impacto social, econômico e

psicológico na vida de cada um. Em julho de 2020, mês de aplicação da presente pesquisa, o IBGE publicizou a PNAD COVID-19, indicando que:

(...) No Brasil, segundo os resultados da PNAD COVID, a taxa de desocupação aumentou em 0,7 pontos percentuais de junho para julho (passou de 12,4% para 13,1%) (...) (IBGE, 2020a).

E para culminar:

(...) Foi verificado que entre os ocupados que estavam afastados do trabalho (...) (9,7 milhões), aproximadamente 3,2 milhões de pessoas estavam sem a remuneração do trabalho (...) (Ibid.).

Sobre os aspectos da assistência estudantil, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) realizou a pesquisa intitulada “Monitoramento da evolução da sintomatologia pós-traumática, depressão e ansiedade durante a pandemia de COVID-19 em brasileiros”, em abril de 2020. Com o objetivo de avaliar o impacto emocional da pandemia, através de questionários aplicados em mais de 6.000 pessoas (entre estudantes, docentes, profissionais de saúde e população em geral), os pesquisadores encontraram como resultados que:

(...) quanto menor a idade, maior foi o número de participantes com sintomas de depressão, ansiedade, estresse, estresse pós-traumático e alcoolismo e que estudantes apresentaram mais sintomas de estresse pós-traumático e depressão do que a população em geral (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2021).

Esses dados servem de cenário para o presente Relatório Técnico que traz as análises do banco de dados criado, sendo composto por uma pequena **Introdução** (1), apresentação da **Metodologia** (2), **Resultados e Discussão** (3) e **Considerações Finais** (4).

Os Resultados e Discussão são organizados em sete seções, indicadas pelas narrativas dos estudantes. Na primeira seção, **Perfil Sociodemográfico**, nos ocupamos em apresentar e discutir as características demográficas e sociais; para a segunda seção, **Perfil Acadêmico e Acesso à Internet**, o foco recaiu sobre curso, período, acesso à internet, equipamentos e ambiente de estudo; a terceira seção, **Rotina do Estudante**, apresenta e discute a rotina diária e aspectos de trabalho. A quarta seção, **COVID-19 e Divulgação da Ciência**, se ocupa em compreender qual foi o papel social do estudante da área na saúde durante a pandemia e a busca e uso de informações, além do comportamento frente as orientações de prevenção. Na quinta seção, **Infecção/Contaminação pelo Novo coronavírus**, são apresentados e discutidos os dados relativos as suspeitas e confirmações de COVID-19 pelo estudante e pessoas de seu ciclo próximo, além de óbitos. Na sexta seção, **Impactos Percebidos**, são expostos e discutidos os impactos na vida privada e acadêmica do estudante. E por fim, como forma de apresentar a voz do estudante

de graduação, a sétima seção: ***Recado aos Pesquisadores*** apresenta as narrativas dos estudantes em forma de recados deixados ao final do questionário. Para concluir, nossas ***Considerações Finais***.

É importante ressaltar os esforços empreendidos por nosso pequeno grupo na compreensão dos efeitos observados nos estudantes da saúde da UFES nos cinco primeiros meses da pandemia da COVID-19. Toda ação na universidade é uma ação acadêmica, nesse sentido o desenvolvimento de competências específicas, focadas na pesquisa aplicada, norteou nosso trabalho.

Nosso material já gerou dois Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), outros dois TCCs se encontram em produção e um capítulo de livro, podendo gerar muitos outros. Todavia, o que mais nos interessa é servirmos de base para a implementação de políticas e normativas na universidade que partam do conhecimento de seu corpo discente e de atendimento a suas necessidades e especificidades.

Nós, pesquisadores responsáveis pelo presente e-book, nos colocamos à disposição dos interessados para o debate.

Margareth Attianezi

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
METODOLOGIA	3
RESULTADOS E DISCUSSÃO	5
PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	5
Estudantes participantes da pesquisa	5
Estudante e moradia	10
Estudante e vida financeira	14
Estudante e família	18
De onde vem o estudante do CCS/UFES?	20
PERFIL ACADÊMICO E ACESSO A INTERNET	24
Curso e período	24
Internet e equipamentos de informática.....	26
Ambiente de estudos	34
Atividades de ensino	35
ROTINA DO ESTUDANTE	41
Mudanças na rotina.....	41
Estudante e trabalho	43
COVID-19 E DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA	48
O papel social do estudante universitário	48
A busca e o uso de informações.....	51
Comportamento frente às medidas de prevenção.....	54
INFECÇÃO/CONTAMINAÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS	55
Estudantes e a COVID-19.....	56
Círculo próximo e a COVID-19	57
IMPACTO PERCEBIDO	60
RECADO AOS PESQUISADORES	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	65

SOBRE OS AUTORES	77
-------------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

A primeira notificação de COVID-19, a doença causada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2), aconteceu em dezembro de 2019, em Wuhan, na China (LU; 2 STRATTON; TANG, 2020). Desde então, diversos países têm registrado novos casos ao ponto da Organização Mundial de Saúde (OMS) declarar que a doença é considerada uma pandemia em março de 2020. No momento dessa declaração, a doença já havia sido notificada mais de 118 mil vezes e encontrava-se distribuída por 114 países (WHO, 2020a). Até o presente – novembro de 2021 - são mais de 257 milhões de casos, totalizando um total superior a cinco milhões de mortos no mundo (WORLDMETERS, 2021).

No Brasil, a primeira notificação de COVID-19 foi realizada no dia 25 de fevereiro de 2020 (RODRIGUEZ-MORALES, 2020). O país concentra um montante maior que 22 milhões de casos e mais de seiscentos e doze mil mortos pela enfermidade em novembro de 2021 (BRASIL, 2021a). No Espírito Santo (ES), um dos estados brasileiros localizado na Região Sudeste, tem-se, aproximadamente, 600 mil casos e cerca de 13.000 mortes ocasionadas pela doença (SESA, ES, 2020a).

A pandemia impactou a vida do brasileiro em diversos aspectos, entre eles a educação. A educação é um direito social, conforme preconiza o art. 6º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), porém, esta se limita ao ensino básico, da creche ao ensino médio, como descrito no art. 208 do documento supracitado. Quando nos referimos ao ensino superior, ainda é possível observarmos a ocorrência de uma má distribuição das universidades públicas pelo país. Esse aspecto é também notado no Espírito Santo que possui apenas duas instituições de ensino superior públicas, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES).

A UFES possui 73 cursos de graduação, além dos programas de pós-graduação e atividades de pesquisa e extensão. A graduação está presente em quatro *campi*, um na região sul do estado - na cidade de Alegre, um ao norte - em São Mateus, e outros dois na capital, Vitória - Campus de Goiabeiras e Campus de Maruípe. Neste último, se encontra o Centro de Ciências da Saúde (CCS/UFES). O CCS oferece 8 graduações em tempo integral (Enfermagem e Obstetrícia, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Terapia Ocupacional). No total, foram 2.161 alunos matriculados no ano de 2020, além dos cursos de pós-graduação *stricto e lato sensu* e residências uni e multiprofissional. Frisa-se que os cursos de graduação da área da saúde têm como uma das suas bases em comum disciplinas biomédicas, exigência de atividades práticas laboratoriais e em serviço o mais precocemente possível, seguindo as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos da Saúde (BRASIL, [S.D.]). No entanto, em 17 de março de 2020, a UFES paralisou as atividades presenciais em todos os seus quatro *campi* universitários, incluindo as atuações dos cursos da área da saúde

(UFES, 2020a), afetando sobremaneira a rotina e as vivências dos estudantes, docentes e técnicos.

E foi nesse momento, recheado de incertezas e insegurança, que elaboramos o presente estudo cujo objetivo maior foi de analisar as concepções, vivências e práticas dos estudantes de graduação da saúde do CCS/UFES durante a pandemia da COVID 19.

Para atingirmos tal propósito, realizamos os seguintes objetivos específicos: construir um perfil sociodemográfico do estudante; compreender seu percurso acadêmico durante a paralisação; entender quais foram as fontes de informação utilizadas pelo estudante com referência ao novo coronavírus e/ou COVID-19; conhecer as mudanças de rotina impostas e seu impacto na vida pessoal e acadêmica; aferir os casos de COVID-19 confirmados entre os estudantes e pessoas próximas e conhecer os sentimentos vivenciados durante o distanciamento social.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo observacional e transversal, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Instituição sob número 4.120.759 (CAAE 31529520.0.0000.5060) no dia 29 de junho de 2020 e realizado no Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no qual inclui oito cursos: Enfermagem e Obstetrícia, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Terapia Ocupacional.

Foram inseridos quaisquer estudantes em qualquer curso do *campus*, de ambos os sexos e maiores de 18 (dezoito) anos, regularmente matriculados. Aqueles que recusaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram excluídos deste estudo.

Todas as etapas do estudo foram realizadas de forma *online* e o contato com os estudantes e a coleta de dados ocorreu entre os dias 01 e 18 de julho de 2020.

Para seleção da amostra, os pesquisadores enviaram uma mensagem-convite, via aplicativo de mensagens instantâneas e *e-mails*, no qual havia os objetivos da pesquisa e um *link* para leitura do TCLE e preenchimento do instrumento da pesquisa, hospedado na plataforma *Google Forms*[®].

Esse instrumento foi previamente elaborado pelos pesquisadores após leituras e discussões de estudos relacionados ao tema e continha 94 perguntas qualitativas e quantitativas, das quais buscaram coletar informações sobre as concepções, vivências e práticas dos estudantes do CCS durante a pandemia de COVID-19.

Em seguida, os dados foram tabulados e analisados através de planilhas do programa *Software Microsoft*[®] *Excel*[®] para *Microsoft 360 MSO* (16.0.13628.20128) 32bits, do *Software Epi Info*[™] 7.2.4.0 e das bibliotecas *WordCloud* e *spaCy*, em *Python*.

Os dados foram analisados de forma descritiva e dispostos em gráficos e diagramas para as questões objetivas, o que permite a análise das frequências e possibilita o conhecimento do impacto causado na rotina dos estudantes nos cinco primeiros meses da pandemia.

As perguntas qualitativas foram analisadas por meio de técnicas de processamento de texto – Nuvem de Palavras, que investigam a estrutura das sentenças presentes no texto e a frequência das palavras utilizadas nas respostas. A biblioteca *spaCy* foi empregada para as tarefas de *tokenização* e *Part-Of-Speech (POS-Tag)* do texto. A *tokenização* é a extração dos *tokens* (palavras, pontuação e demais caracteres) do texto. Já o *POS-Tag* é a tarefa de identificar as classes gramaticais e funções sintáticas de cada palavra ou *token* em uma sentença. A *spaCy* também viabiliza a obtenção dos lemas de cada *token*, processo fundamental para a criação das nuvens de palavras. Para a formação das nuvens de palavras, são excluídas as *stopwords*, palavras que quando mantidas no texto podem

prejudicar o processo de análise, como artigos definidos e indefinidos, pronomes, entre outras. As nuvens foram geradas com a biblioteca *WordCloud*, utilizando a frequência de cada palavra.

As nuvens de palavras são uma interpretação gráfica que demonstra com que frequência uma palavra é citada no texto. Quanto maior a fonte, mais frequente é a palavra, demonstrando sua relevância no discurso, sendo um método bastante utilizado na área da Saúde e do Ensino em Saúde (VILELA; RIBEIRO; & BATISTA, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussão são apresentados de forma conjunta, a fim de facilitar a leitura, sendo uma escolha dos autores. E serão apresentados no formato de seções.

1 | PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

“Desejo parabenizar pela realização dessa pesquisa, pois é importante para conhecer a realidade dos estudantes e viabilizar alternativas de planejamento acadêmico.”

(Recado do estudante aos pesquisadores).

1.1 Estudantes participantes da pesquisa



Figura 1. Média de idade dos estudantes.

Entre os 2.161 alunos regularmente matriculados em cursos do Centro de Ciências da Saúde em julho de 2020, 378 (17,5%) responderam ao questionário. A média de idade dos alunos que responderam à pesquisa foi de 22,5 anos (Figura 1). Observa-se que, de acordo com Censo da Educação Superior e outros estudos, as mulheres representam a maioria do ensino superior brasileiro, com, aproximadamente, 70% das matrículas de cursos da área da saúde (BRASIL, 2019a; RICOLDI; ARTES, 2016; BARROS; MOURÃO, 2018). Esses dados corroboram com os deste estudo, onde temos um campus majoritariamente feminino. Dos participantes da pesquisa, 83,6% (n=316) foram do sexo feminino e 16,4% (n=62) do sexo masculino (Gráfico 1). A pergunta ainda tinha como opção a resposta “Prefiro não declarar”, que não foi mencionada por nenhum dos participantes.

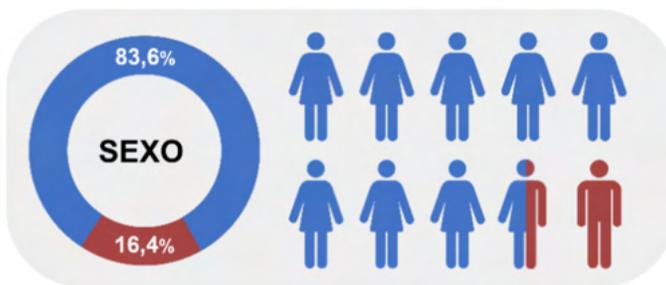


Gráfico 1. Frequência de sexo (n=378).

A literatura aponta que a mulher brasileira passou a ter acesso ao ensino superior apenas em 1879 e que durante boa parte do século XX as escolhas profissionais se concentravam nos cursos de magistério e enfermagem, profissões ligadas ao cuidado, indicando uma correlação da representação social da mulher brasileira com a predileção profissional (BARROS; MOURAO, 2018; BARBOSA; MONTINO, 2020; SILVA JMS *et al*, 2020). Correlação essa que persiste até os dias atuais, como indicado em nossos resultados.



Gráfico 2. Frequência de raça/cor autorreferida (n=378).

No que se refere à raça/cor, 53,7% dos estudantes (n=203) se declararam brancos; 43,4% (n=164) pretos e pardos; 0,8% (n=3) Amarelos e 2,1% (n=8) preferiram não declarar (Gráfico 2).

Alguns aspectos desses dados merecem uma reflexão. Sabe-se que em 2016, o percentual de pessoas brancas com 25 anos ou mais e com ensino superior completo no Brasil era de 22,2%, ao analisarmos pretos e pardos esse percentual cai para 8,8%. (IBGE, 2016). No estado do Espírito Santo, a população negra (pretos e pardos) representa 61,1%

dos residentes (IBGE, 2020b). Contudo, em nossa amostra, a maioria dos estudantes do CSS/UFES se apresentou como da raça branca (53,7%; n=203), o que não corrobora com os dados demográficos de nosso estado.

Em estudos de análise do papel das políticas de ações afirmativas nas Instituições de Ensino Superior (IES), observa-se que a lei 12.711/2012, que implementou o sistema de cotas, favorece a busca pela igualdade material, em uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva (MELEIRO; *et al*, 2018)

Coutinho (2018) discute que entre 2006 e 2007, quando a UFES não possuía sistema de cotas, dentre os 6.389 alunos que ingressaram, 34,37% eram autodeclarados negros (pardos e pretos). Já no período entre 2008 e 2012, quando vigoravam apenas as cotas sociais, dos 23.189 ingressantes, 41,12% se autodeclararam negros. Entre 2013 e 2017, já com as cotas étnico-raciais, dos 24.036 alunos que ingressaram, 50,56% se autodeclararam negros. Desta forma, a implementação de reserva de vagas para pessoas autodeclaradas negras teve impacto no acesso dessa população aos cursos ofertados. No entanto, ao fazer a estratificação por curso, o autor verifica dados um pouco diferentes para a área da saúde. Em cursos como Medicina, Nutrição e Odontologia, os percentuais de ingressantes que se autodeclararam negros foi de 35,04%, 35,20% e 34,61 respectivamente.

Nossos dados reafirmam os resultados encontrados pelo autor supracitado, na UFES pessoas brancas ainda são maioria, principalmente nos cursos da saúde. Percebe-se que ainda temos um longo caminho a percorrer ao objetivar promover uma sociedade equânime. Discutir amplamente sobre o acesso de negros e pardos em IES no país, sua permanência e distribuição nos diversos cursos ofertados se configura em uma meta a ser alcançada.



Gráfico 3. Frequência de estado civil autorreferida (n=378).

Seguindo a reflexão sobre o perfil do estudante do CCS/UFES, indagamos a respeito do estado civil (Gráfico 3) e os estudantes se declaram solteiros em sua maioria (93,9%; n=355). Os casados representam 3,9% (n=15), seguidos dos que estão em união estável (1,3%; n=5) e divorciados (0,8%; n=3).

Esses dados se tornam relevantes quando estudos indicam que o estado civil do discente é um dos fatores individuais relacionados ao desempenho acadêmico e que alunos solteiros possuem maiores chances de êxito. No entanto, os mesmos trabalhos referem que o sucesso acadêmico é multifatorial e que os gestores devem considerar diversas outras razões que impactam o desempenho do estudante, devendo atuar na solução das adversidades enfrentadas (ASSIS; *et al*, 2013; BRANDT, TEJEDO-ROMERO, ARAUJO, 2021).

Em sequência, indagamos quais aqueles que possuíam planos de saúde e acessam, desta forma, a saúde suplementar. E quais aqueles que dependiam exclusivamente de serviços disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS).

Possui plano de saúde?

53,1% - "Não"



Gráfico 4. Frequência de participantes com e sem plano de saúde (n=378).

Entre os participantes, 201 (53,1%) declararam depender exclusivamente do SUS, enquanto 177 (46,9%) possuem algum tipo de plano privado (Gráfico 4). Ou seja, a maioria dos estudantes do CCS/UFES dependem do sistema de saúde brasileiro, ainda que num percentual bem menor do que a população em geral. Dados do IBGE indicam que 71,5% dos brasileiros não têm acesso à saúde suplementar (IBGE, 2019a).

Pessoa com deficiência?

97,5% - "Não"



Gráfico 5. Frequência de pessoas com deficiência (n=378).

Outro dado sociodemográfico de bastante relevância diz respeito a presença de estudantes com deficiência. Ao analisar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, Melo e Martins (2016) observaram que mesmo com avanço no amparo legal para o acesso e inclusão de pessoas com deficiências (PcDs) na Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, o ensino superior se mantém excludente para essa população. Em nossa amostra, apenas 10 estudantes (2,5%) declararam apresentar algum tipo de deficiência (Gráfico 5). Alguns fatores são apontados por pesquisadores como barreiras para implementação da política de inclusão. Dentre esses, destacam-se o pouco acolhimento por parte dos professores e gestores, a escassez de profissionais especializados, falta de recurso para tecnologia especial de aprendizado, o que merece atenção das IES (SIEMS-MARCONDES, 2018; GARCIA & MUNHOZ, 2020).

Em 2011, através da Resolução nº 31/2011 do Conselho Universitário, criou-se o

Núcleo de Acessibilidade da UFES (NAUFES), com objetivo de organizar e fiscalizar a implementação de ações referentes a promoção de acessibilidade, mobilidade e inclusão das PcDs (UFES, 2011). Alguns anos após a criação do NAUFES, a Universidade adere a reserva de vagas para pessoas com deficiência, em 2016, devido à implementação do Sistema de Seleção Unificada (SISU) para ingresso dos estudantes (UFES, 2016). Essa ação pode ter contribuído para o acesso de PcDs à UFES, no entanto, ainda há pouca representação nos cursos da Saúde.

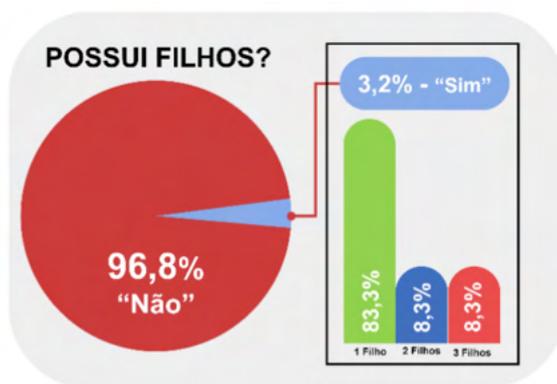


Gráfico 6. Frequência de estudantes que possuem ou não filhos (n=378).

Observamos que a maior parte dos estudantes, 96,8% (n=366), não possui filho e apenas 3,2% (n=12) possui 1 ou mais filhos. Dos 12 estudantes que possuem filhos, 10 (83,3%) têm somente um filho, 1 (8,3%) dois filhos e 1 (8,3%) possui três filhos (Gráfico 6).

De acordo com Duarte e Teixeira (2021), a finalização do ensino médio e do ensino superior é o fator que mais contribui para a redução do número de filhos. Poiatti (2020) identifica que a escolaridade feminina é uma variável que impacta a fecundidade feminina. Em outras palavras, quanto maior a escolaridade da mulher, há uma tendência de menor número de filhos, o que pode justificar os baixos resultados encontrados em nossa amostra.

Uma revisão sistemática de literatura apontou que a característica “possuir ou não filhos” tem ambivalência entre os universitários em relação à adoecimentos na graduação. Ou seja, alguns estudantes consideram que possuir filhos é um fator protetivo, enquanto outros consideram ser um fator de risco para o adoecimento durante a formação (SOUZA; CALDAS; DE ANTONI, 2017). Estudos indicam que ter filho(s) não necessariamente impacta no desempenho acadêmico, no entanto, esses estudantes merecem atenção, tendo em vista que possuir filho(s) pode influenciar em sua permanência na instituição ou ser um fator desencadeante para episódios mais frequentes de estresse (CESTARI, *et al*, 2017; ANDRADE; TEIXEIRA, 2017).

A literatura recente aponta que a permanência estudantil de mulheres mães na universidade se mostra como um desafio no período pandêmico. Isso devido ao acúmulo das atividades acadêmicas com as tarefas domésticas e/ou cuidados com os filhos. Esses trabalhos revelam que a condição de gênero leva ao excesso de responsabilidades exclusivamente sobre as mulheres em uma sociedade patriarcal, gerando acúmulo de tarefas, cansaço físico e mental, aumentando a vulnerabilidade feminina (SIQUEIRA, *et al.*, 2020; MACÊDO, 2020).

1.2 Estudante e moradia

Nessa seção, focamos em conhecer as condições de moradia dos estudantes.



Gráfico 7. Frequência de participantes em relação ao número de pessoas na mesma casa, quantidade de quartos e banheiros (n=378).

Quando questionados com quem moravam, 23 (5,4%) estudantes responderam que moravam sozinhos, 213 (49,7%) moravam com 2 ou 3 pessoas na mesma residência e 192 (44,8%) com 4 ou mais pessoas (Gráfico 7). No Brasil, a média de pessoas morando em uma mesma residência é de 2,9 (IBGE, 2019b), já entre os estudantes de nossa amostra, essa média foi de 3,4 pessoas.

No que diz respeito a quantidade de quartos em suas residências, 0,2% (n=1) relataram não possuir; 4,2% (n=18) responderam ter 1 quarto; 32,7% (n=140) ter 2; 62,9% (n=269) ter 3 ou mais quartos (Gráfico 7). Apesar dos dados coletados na pesquisa revelarem um número alto de estudantes com 3 ou mais quartos, o número de residentes por domicílios também se encontra alto, podendo caracterizar um adensamento domiciliar excessivo.

O IBGE (2020c) considera o adensamento domiciliar excessivo como uma inadequação domiciliar e o define como uma situação em que há mais de 3 moradores para cada cômodo utilizado como dormitório. Nesse sentido, seria importante o desenvolvimento de novas pesquisas que pudessem correlacionar o número de quartos por domicílio e o adensamento domiciliar. Observamos ainda que aspectos relacionados a habitação são

relevantes, considerando o protocolo de controle de transmissão da COVID-19 que conta com distanciamento social e isolamento domiciliar como medidas preventivas (BRASIL, 2020a).

A vulnerabilidade habitacional é, portanto, um complicador para a execução da prevenção à COVID-19 (SILVA; GALLARDO, 2020). Rizzo *et al* (2020), apontam que nas regiões periféricas existe um elevado número de residentes por moradia e que esse fator pode ser uma barreira para as ações de prevenção à COVID-19. Além de favorecer a contaminação de doenças, uma casa com excesso de moradores pode impactar na educação em decorrência do pequeno espaço físico destinados aos estudos, tópico que será discutido mais adiante (PASTERNAK, 2016).

Entre os estudantes, 36,2% (n=137) declararam ter um banheiro em casa, 44,2% (n=167) possuem dois banheiros, 19,6% (n=74) possuem três ou mais banheiros em casa (Gráfico 7). Segundo dados do IBGE, mais de 2% da população brasileira não possui banheiro na residência (IBGE, 2019b). No entanto, em estudos realizados com estudantes universitários, a maioria relata ter ao menos um banheiro em casa, corroborando nossos achados (PEREZ; *et al*, 2016).

O banheiro compartilhado deve receber uma atenção especial, já que o isolamento social de uma pessoa com COVID-19 deve ocorrer de maneira a evitar a contaminação dos demais moradores da residência. Orienta-se que o morador contaminado tenha um quarto e banheiro para uso exclusivo, o que pode ser impossível em casas com muitos residentes ou poucos banheiros, sendo necessário intensificação dos cuidados (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2020).

No caso da amostra analisada, a maioria declarou possuir dois banheiros, seguidos de pessoas que relatam possuir um banheiro, porém, conforme anteriormente analisado, a maioria relata morar com duas ou três pessoas em uma mesma residência.

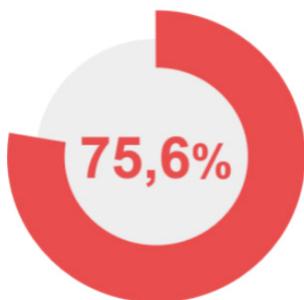


Gráfico 8. Frequência dos que moram em residências que possuem o esgoto ligado à rede municipal (n=378).



Gráfico 9. Frequência dos que não sabiam sobre o descarte de esgoto de suas residências (n=378).

No que diz respeito ao conhecimento dos estudantes sobre o saneamento de suas residências, estes foram questionados se sabiam para onde iria o esgoto de suas casas. Assim, 1,6% (n=6) relataram que o esgoto está ligado à fossa séptica, 1,8% (n=7) relatou que o esgoto de sua residência está ligado diretamente a um rio, riacho ou valão, 6,3% (n=24) que está ligado a uma fossa comum. A maioria, 75,6% (n=286), informou que o esgoto de sua residência é ligado à rede municipal de esgoto (Gráfico 8) e 14,5% (n=55) relatam desconhecer esta informação (Gráfico 9).

A legislação sanitária brasileira aponta a estreita relação entre o esgotamento sanitário e a saúde pública, uma vez que diversas doenças têm sua origem em questões sanitárias. Nesse sentido, no Brasil, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico. Mais recentemente, a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, atualiza o marco legal do saneamento básico indicando a universalização desse serviço no país. Vale ressaltar que saneamento básico universal, até o ano de 2030, faz parte do Objetivo 6 dos “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”. (POLIGNANO, 2000; OLIVEIRA, *et al.*, 2015; UNICEF, [S.D]).

Referente a pandemia, recentemente pesquisadores detectaram a presença de material genético do vírus em fezes de pessoas infectadas e em amostras coletadas dos esgotos. Esta informação é importante para futuras ações de vigilância da doença, estando relacionada com o saneamento (SOUZA, LP *et al.*, 2020).

As residências da maioria dos estudantes estão ligadas à rede geral, no entanto, chama a atenção o fato de que quase 15% dos estudantes da área da saúde não sabem para onde vai o esgoto de suas moradias. Além do fato de 1,8% (n=7) habitarem em territórios sem infraestrutura, com esgoto diretamente ligado a rios, riachos ou valões. Apesar de, no Brasil, cerca de 60% dos municípios terem serviço de esgotamento sanitário, sabe-se que este serviço possui uma distribuição desigual nas cidades brasileiras (IBGE, 2020c). Como observado, os achados da presente pesquisa divergem dos dados gerais para a Região Sudeste do país, região mais provida de sistemas de esgotamento sanitário, chegando a 88,9% de domicílios (Ibid). Não foram encontrados dados atualizados referentes ao Estado do Espírito Santo. Esses achados também demonstram a pluralidade de origem dos estudantes, uma vez que outros dados indicam um perfil socioeconômico mais elevado entre os alunos do CCS quando comparado ao perfil do estado. Da mesma forma, esse aspecto pode indicar as desigualdades sociais, relação entre estudantes de fora da Região Sudeste, assim como, a presença de estudantes que não moram em regiões metropolitanas.



Gráfico 10. Frequência dos que recebem água da rede pública de abastecimento (n=378).

Ainda no que se refere ao saneamento, os estudantes foram questionados quanto à origem da água consumida em sua residência. No universo pesquisado, 1,6% (n=6) têm minas ou nascentes como fonte de água para o consumo, 3,2% (n=12) consomem água de poço artesiano, 94,7% (n=358) informaram receber água da rede pública e 0,5% (n=2) responderam outras fontes (Gráfico 10).

A maioria da população brasileira (88,2%) possui acesso a água pela rede geral de distribuição e, similar ao que acontece com o esgotamento, a Região Sudeste também é uma das regiões com maior porcentagem de domicílios com acesso a rede de água pública (IBGE, 2020c). Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (BRASIL, 2019b), o Estado do Espírito Santo tem um índice médio de atendimento urbano por rede de água superior aos 90%, dado que corrobora este estudo.

No momento da coleta de dados, no quinto mês a partir da declaração de pandemia pela OMS, as orientações de prevenção incluíram o uso da água e sabão para higienização de mãos, álcool etílico 70% em gel para desinfecção de pequenas áreas e materiais reutilizáveis, além do hipoclorito de sódio a 0,5% para desinfecção de superfícies (BRASIL, 2020a). Embora não tenha sido detectada a presença do vírus SARS-CoV2 em instituições de abastecimento de água potável, o risco é baixo, alguns estudos de laboratório que ocorreram em ambientes controlados indicaram que o vírus poderia permanecer infeccioso em água contaminada (WHO, 2020b).

No que se refere ao acesso ao saneamento básico dos estudantes participantes e sua relação com o risco de contaminação, observa-se que esse grupo se encontra em risco baixo uma vez que a maioria possui acesso a esse serviço. No entanto, não foi possível obter informações quanto à qualidade da água consumida.

1.3 Estudante e vida financeira

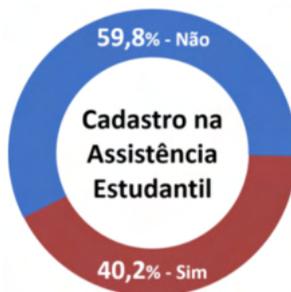


Gráfico 11. Frequência dos cadastrados ou não no programa de assistência estudantil da UFES (n=378).

Nesta próxima seção serão analisados os dados referentes à vida financeira dos estudantes do CCS UFES. Inicialmente, os estudantes foram questionados quanto ao cadastro na assistência estudantil. Obteve-se como resultado que a maioria (59,8%; n= 226) dos estudantes não estava cadastrada (Gráfico 11). Na sequência, os estudantes assistidos foram questionados sobre quais auxílios recebiam. O gráfico 12 demonstra essa distribuição.

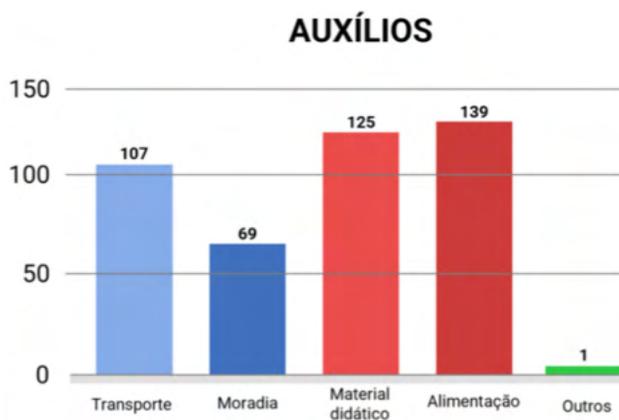


Gráfico 12. Quantidade de estudantes por tipo de auxílio oferecido pelo programa de assistência estudantil da Universidade (n=152).

Em nossa amostra, 107 estudantes (28,3%) declararam receber o Auxílio Transporte no valor de R\$ 97,50, 69 (18,25%) o Auxílio Moradia no valor de R\$ 200,00, 125 (33%) o Auxílio Material Didático de R\$50,00 e 139 (36,7%) o Auxílio Alimentação que consiste em um desconto de 100% em refeições no Restaurante Universitário (UFES, 2020b). Um estudante relatou receber outro tipo de auxílio, que não foi identificado.

Quanto a receber bolsa de algum programa, apenas 15,6%(n=59) dos estudantes declaram possuir alguma bolsa como visualizado no Gráfico 13.



Gráfico 13. Frequência dos que recebiam remuneração de algum programa institucional da Universidade (n=378).

É relevante salientar que por ser uma universidade federal, as verbas para gestão institucional da UFES provêm do Governo Federal, que reconheceu a assistência estudantil como política pública, através da instituição do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), promulgado em 2010. Devido as lutas por melhorias da permanência estudantil, foi criado em 2013 o Programa Bolsa Permanência com objetivo de auxiliar os estudantes que se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Porém, três anos depois, o Ministério da Educação (MEC) suspendeu novas inscrições nesse programa, exceto para estudantes quilombolas e indígenas, mantendo o benefício apenas aos cadastrados (BRASIL,2010; DUTRA; SANTOS, 2017).

Há de se ressaltar que os valores dos auxílios concedidos pelo PNAES não foram reajustados desde sua criação, com exceção do auxílio transporte, totalizando em 2020, R\$347,50. Percebe-se que, de forma geral, os investimentos no ensino superior brasileiro têm sofrido grande redução, resultando em 2019 no corte de 1.100 benefícios do Programa Integrado de Bolsas da UFES (UNIVERSO UFES, 2019).

Os cortes e bloqueios de verbas, a partir de 2016, levaram a universidade a passar por dificuldades financeiras mesmo após ajustes nas despesas. A redução de verbas tem impacto em atividades de ensino, pesquisa e extensão, além da assistência estudantil. A UFES conta com um quantitativo significativo de estudantes de baixa renda e projetos custeados pela universidade, nesse sentido o benefício da assistência estudantil auxilia na permanência dos discentes na universidade (UFES, 2021).

Cabe destacar que, com a paralisação das atividades presenciais nas instituições de ensino superior em decorrência da pandemia, as vulnerabilidades socioeconômicas dos discentes foram evidenciadas. Sendo percebidas, por exemplo, na demora das

instituições para adesão ao ensino remoto, em função da desigualdade de acesso ao ambiente virtual (DIB, 2020). Ainda referente à Assistência Estudantil (AE), destaca-se que 40% dos estudantes entrevistados encontravam-se cadastrados na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (PROAECI) aguardando o benefício. No entanto, foram surpreendidos pela Carta Aberta à Comunidade Universitária: Implicações dos Cortes Orçamentários na Permanência Estudantil e no Processo de Democratização do Ensino Superior, de junho de 2021 (PROAECI, 2021). Assinada pelo pró-reitor, a carta informou a insuficiência dos valores repassados pelo governo federal, Ministério da Educação, para atender a todos os estudantes que necessitam de auxílio. Portanto, torna-se claro que o corte de 18,3% no orçamento da Ufes, irá ampliar o abismo social e a vulnerabilidade socioeconômica do corpo discente.

O princípio constitucional que rege a educação superior no Brasil, destaca a indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, conhecido como tripé universitário. Nesse sentido, e para o enfrentamento do atual contexto, seria importante ampliar esse princípio tornando-o um “quadripé” universitário composto pelo ensino, extensão, pesquisa e permanência (UNE, 2021).

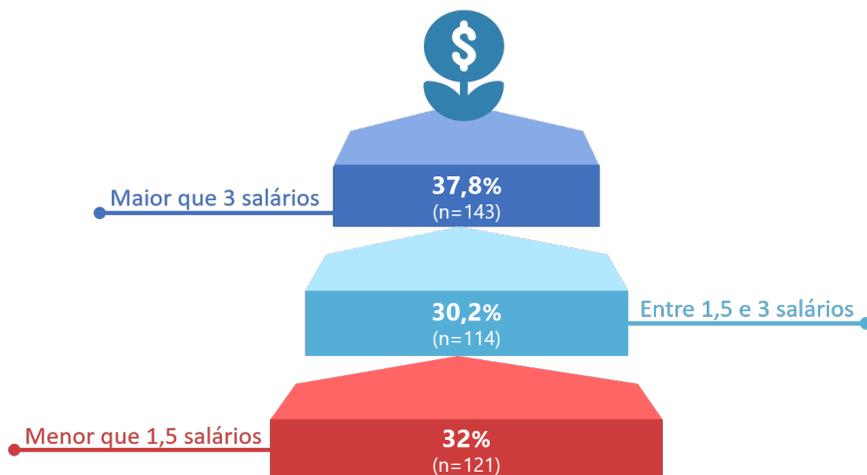


Figura 2. Renda familiar mensal dos participantes (n=378).

Aprofundando a análise dos aspectos socioeconômicos, os estudantes foram indagados sobre sua renda familiar mensal. Dentre as respostas presentes na pesquisa (Figura 2), 32% (n=121) possuíam renda familiar menor que 1,5 salários-mínimos, classificados como pertencentes a classe social E (até 2 salários-mínimos) (ROSA; GONÇALVES; FERNANDES, 2014). Evidencia-se que, no momento da pesquisa, o salário-mínimo brasileiro encontrava-se em R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).

O Mapa do Ensino Superior no Brasil, divulgado em 2020, pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo (Instituto SEMESP, 2020), aponta que quanto maior a classe social, maior a condição de cursar o ensino superior.

É válido entender que, segundo Lemos (2012) ao se referir as teorias sociais de Max Weber (1864-1920), classe social não se restringe apenas ao critério econômico, mas em uma combinação de fatores que contribuem para atribuição de uma “posição social” para um determinado indivíduo, sendo eles: o *status*, a renda e a capacidade de influência sobre outros indivíduos. Para Weber, o *status* é a soma da estruturação do indivíduo a partir das questões financeiras e do seu poder de aquisição, que por sua vez, interfere diretamente na capacidade de influenciar outros indivíduos.

Sendo assim, entende-se que entre os fatores analisados para definição de classe social, as palavras “renda” e “financeiro” aparecem como fatores pertencentes e/ou determinantes. Portanto, é válido considerar que segundo os dados apresentados pelo instituto e embasados na definição feita pelo sociólogo citado anteriormente, quanto maior sua renda, seu *status* (estruturação das questões financeiras) e/ou habilidade para influenciar (poder aquisitivo), maiores serão suas chances de cursar o ensino superior no Brasil.

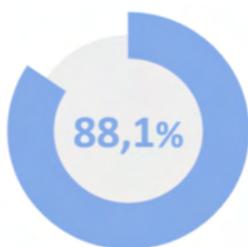


Gráfico 14. Frequência dos que não possuem renda própria (n=378).



Gráfico 15. Frequência de estudantes e familiares não participantes de programas de transferência de renda (n=378).

No que diz respeito ao aspecto renda própria dos estudantes, 88,1% (n=333) dos estudantes responderam que não possuíam (Gráfico 14) e 83,3% (n=315) declararam não participar e não ter familiares que participam de programas de transferência de renda (Gráfico 15). Outros dados observados foram que 11,9% (n=45) dos graduandos relataram possuir alguma renda. Entre estes, apenas 22,2% (n=10) têm sua renda como a principal do seu núcleo familiar.

No contexto da pandemia, em 09 de abril de 2020, foi iniciado o pagamento do Auxílio Emergencial do Governo Federal, benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, que teve por objetivo conceder renda emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela COVID-19. De acordo com o divulgado pela mídia, em junho de 2020, cerca de 55,2 milhões de cidadãos brasileiros haviam se cadastrado para receber este benefício. No entanto, muitos desses tiveram suas solicitações negadas ou indeferidas devido à falta de atualização das 15 (quinze) plataformas que estavam sendo utilizadas como base para análise dos pedidos realizados, como dito pelo presidente da DataPrev em entrevista coletiva. É válido ressaltar ainda que o valor do benefício era de R\$ 600,00 (seiscentos reais) conforme previsto pela Lei Federal nº 13.982 de 02 de abril de 2020 (GLOBOPLAY, 2020).

Pode-se, portanto, aventar a hipótese de que algumas famílias de discentes tiveram seu benefício negado.

1.4 Estudante e família

Algum familiar depende de seus cuidados?

12,4% - "Sim"

Gráfico 16. Frequência dos que possuem ao menos um familiar dependente de seus cuidados (n=378).

Analisando as relações familiares, os discentes foram indagados sobre a existência de familiares sob seus cuidados. E 12,4% (n=47) dos participantes da amostra estudada declararam possuir algum familiar dependente, como demonstrado no Gráfico 16.

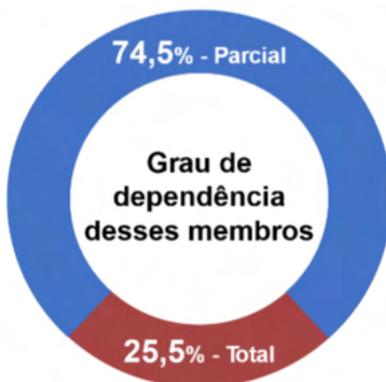


Gráfico 17. Frequência dos que possuem familiares com dependência parcial ou total de seus cuidados (n=47).

Entre os 47 estudantes que declararam ter familiares sob seus cuidados, 38 (80,9%) têm uma pessoa sob seus cuidados, 5 (10,6%) têm duas e 4 (8,5%) têm três ou mais. Além disso, como descrito no Gráfico 17, 25,5% (n=12) relataram que seus familiares dependem totalmente de seus cuidados e 74,5% (n=35) relataram que seus familiares dependem parcialmente.

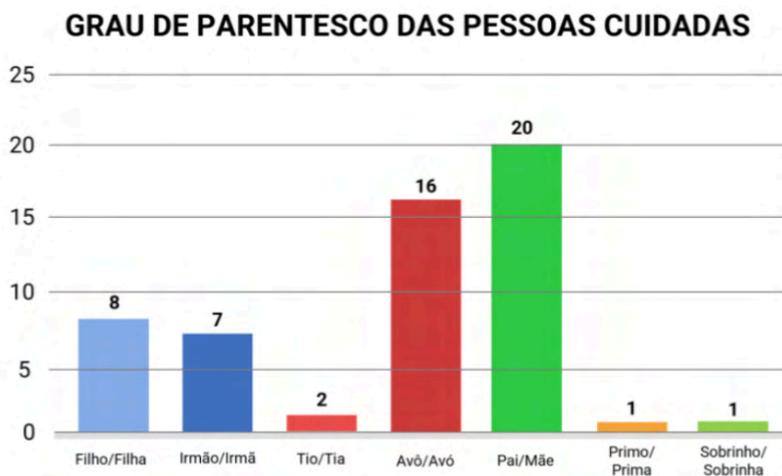


Gráfico 18. Frequência quanto ao grau de parentesco (n=47).

Em relação ao grau de parentesco, 20 pessoas (42,5%) referiram que seus dependentes eram pai/mãe, 16 avô/avó (34%), 8 filho/filha (17%), 7 irmão/irmã (14,8%), 2 tio/tia (4,2%), 1 primo/prima (2,1%) e 1 sobrinho/sobrinha (2,1%), evidenciando-se a existência de discentes responsáveis por mais de um dependente (Gráfico 18).

Pesquisadores indicam que, no Brasil, é a família que assume a responsabilidade dos cuidados, especialmente com idosos, por vários fatores, entre eles, o baixo custo. Apontando que, o tempo diário de dedicação do cuidador é extenso e acarreta desgastes físicos, mentais, sobrecargas e sofrimento. O dado citado corrobora com os achados deste estudo, pois a maioria das pessoas cuidadas são avós e pais, que geralmente são os membros mais velhos das famílias, levantado a hipótese de que esses estudantes possuem menos disponibilidade para executar outras tarefas como as acadêmicas (BORGES *et al.*, 2017; HEDLER, *et al.*, 2016; CASTELBLANCO, *et al.*, 2020).

Valeberg e Grov (2013), salientam que nem todos os membros da família que se dispõem ao cuidado suprem essas demandas, visto que, alguns podem apresentar pouco conhecimento acerca da doença e do cuidado. Destaca-se a importância do apoio familiar ao cuidador, auxiliando-o em suas tarefas, o que pode acarretar efeitos positivos na relação entre cuidador e dependente, principalmente quando, como em nosso estudo,

podem haver mais de uma pessoa dependente de cuidados (PEREIRA, PAIVA e SILVA 2012). Nesse sentido, pode-se levantar a hipótese de que por serem estudantes da área da saúde exista uma predileção de escolha para serem os cuidadores entre os membros da família.

1.5 De onde vem o estudante do CCS/UFES?

Nesta próxima seção, indagamos sobre o local de origem dos estudantes. A Tabela 1 apresenta a distribuição por estados e municípios. Revela-se que nosso estudante é, em sua maioria, do próprio estado (87,8%). Entre estes, 71,3% (237) são oriundos da Região Metropolitana da Grande Vitória. No mais, 43 estudantes (11,3%) são dos estados de São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Acre, Amazonas, Goiás e Pará e 0,5% (2) estrangeiros.

Salienta-se que, a partir de 2016, a entrada na única universidade federal do Espírito Santo, UFES, passou a ser realizada integralmente pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) do MEC, que oferece vagas aos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Pode-se pressupor que, a partir de 2020, no contexto da pandemia e da implantação do Ensino-Aprendizagem Remoto Temporário Emergencial (EARTE) através da Resolução 030/2020 (UFES, 2020c), tenha havido um aumento do número de estudantes naturais de outros estados.

Estado	N	%
Espírito Santo	332	87,8
Vitória	70	18,52
Vila Velha	69	18,25
Serra	53	14,02
Cariacica	29	7,67
Guarapari	12	3,17
Aracruz	10	2,65
Cachoeiro de Itapemirim	9	2,38
Linhares	7	1,85
Colatina	6	1,59
Viana	5	1,32
Anchieta	4	1,06
Castelo	4	1,06
Fundão	4	1,06
Alfredo Chaves	3	0,79
Ecoporanga	3	0,79
São Mateus	3	0,79
Baixo Guandu	2	0,53
Afonso Cláudio	2	0,53

Itaguaçu	2	0,53
Pedro Canário	2	0,53
Santa Teresa	2	0,53
Água Doce do Norte	1	0,26
Alto Rio Novo	1	0,26
Barra de São Francisco	1	0,26
Conceição da Barra	1	0,26
Domingos Martins	1	0,26
Governador Lindenberg	1	0,26
Ibatiba	1	0,26
Iconha	1	0,26
Itapemirim	1	0,26
João Neiva	1	0,26
Marechal Floriano	1	0,26
Mimoso do Sul	1	0,26
Muniz Freire	1	0,26
Nova Venécia	1	0,26
Pinheiros	1	0,26
Piúma	1	0,26
Rio Bananal	1	0,26
Santa Maria de Jetibá	1	0,26
São Roque do Canaã	1	0,26
Vargem Alta	1	0,26
Venda Nova	1	0,26
Não especificou a cidade	10	2,65
Minas Gerais	20	5,3
Coronel Fabriciano	2	0,53
Janaúba	2	0,53
Mantena	2	0,53
Nanuque	2	0,53
Carangola	1	0,53
Caratinga	1	0,26
Chalé	1	0,26
Ipatinga	1	0,26
Luisburgo	1	0,26
Manhuaçu	1	0,26
Mariana	1	0,26
Teófilo Otoni	1	0,26
Timóteo	1	0,26
Não especificou a cidade	3	0,79

Rio de Janeiro	5	0,26
Campos dos Goytacazes	2	0,53
Conceição de Macabu	1	5,56
Nova Iguaçu	1	0,53
Rio das Ostras	1	0,26
São Paulo	7	1,26
São Paulo (capital)	2	0,53
Araras	1	0,26
Ribeirão Preto	1	0,26
Sorocaba	1	0,26
Sumaré	1	0,26
Suzano	1	0,26
Bahia	7	1,8
Eunápolis	2	0,53
Teixeira de Freitas	1	0,26
Mucuri	1	0,26
Caravelas	1	0,26
Itamaraju	1	0,26
Não especificou	1	0,26
Acre	1	0,26
Rio Branco	1	0,26
Amazonas	1	0,26
Manaus	1	0,26
Goiás	1	0,26
Goiânia	1	0,26
Pará	1	0,26
Tomé-açu	1	0,26
Exterior	2	0,53
Venezuela	1	0,26
Não especificou	1	0,26

Tabela 1. Estados e municípios de origem dos estudantes da área da saúde do CCS/UFES (n= 378).

Na mesma perspectiva, indagamos a necessidade de mudança em função da matrícula na universidade. O Gráfico 19 apresenta que 39,4% (149) estudantes tiveram essa necessidade. E, entre estes, 81,2% (121) retornaram aos seus municípios de origem no momento da pesquisa.

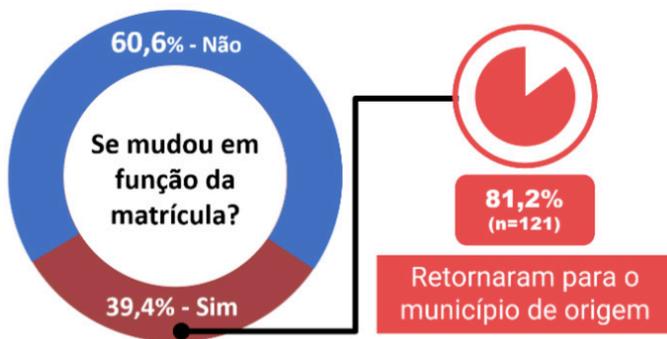


Gráfico 19. Frequência dos que se mudaram para Vitória (ES) em função da matrícula na Universidade (n=378) e dos que retornaram para o município de origem devido à pandemia de COVID-19 (n=149).

A UFES é a única universidade pública do estado, como já afirmado, e essa pode ser uma influência que impulsiona a migração. Corroborando com nossa hipótese, o “Atlas da Migração no Espírito Santo” demonstra que uma das principais características de migrantes da capital do estado é o alto índice de jovens com pelo menos a conclusão do Ensino Médio (DOTA; COELHO; CAMARGO, 2017). No entanto, o relatório mencionado não aborda as possíveis causas para essas migrações, o que deve ser discutido por estudos futuros.

No que diz respeito ao retorno para a família, pesquisadores indicam que morar com os pais pode ser um fator protetivo na pandemia de COVID-19 (CAO; *et al* 2020), justificando as frequências de vocábulos encontradas na Nuvem de Palavras da Figura 3.



Figura 3. Nuvem de Palavras dos relatos sobre a razão de retorno para sua cidade de origem (n=149).

Ao serem questionados sobre a razão para esse retorno, a palavra “Família” ganha destaque como uma grande frequência de citações, seguida por “Gasto”, demonstrando

uma preocupação com as despesas de moradia que impactam na economia familiar. A utilização de outros termos, no mesmo campo semântico, reforça essa tese, “Necessidade” “Aluguel” “Redução” “Despesa” e “Custo” são vocábulos que também aparecem nessa nuvem de forma frequente. Enquanto “Isolamento”, “Contágio” e “Necessidade” parecem dizer respeito a preocupação com o contágio pelo coronavírus tipo 2.

2 | PERFIL ACADÊMICO E ACESSO A INTERNET

“Espero que esse estudo possa ser proveitoso para a comunidade em geral e acredito que eventualmente irá expor o impacto da desigualdade social da comunidade acadêmica da UFES no acesso ao conhecimento.”

(Recado do estudante aos pesquisadores).

2.1 Curso e período

Nessa próxima seção nosso olhar recaiu sobre o perfil acadêmico dos estudantes do CCS/UFES.

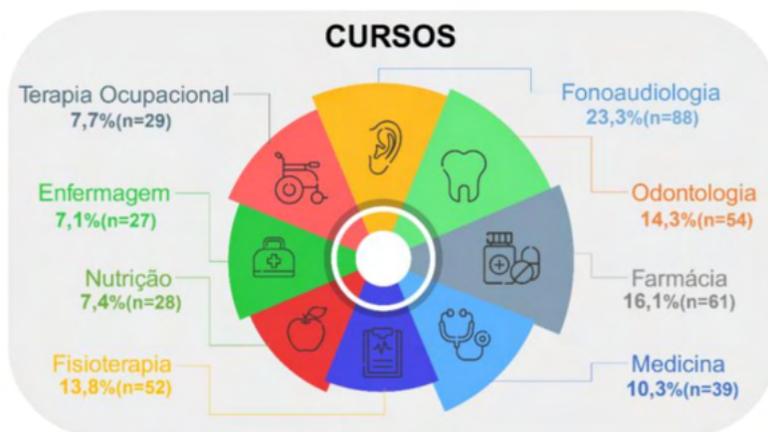


Gráfico 20. Frequência dos participantes por cursos oferecidos pelo CCS/UFES (n=378).

Em nosso estudo observamos representantes de todos os oito cursos na seguinte distribuição: Fonoaudiologia 23,3% (n=88); Farmácia 16,1% (n=61); Odontologia 14,3% (n=54); Fisioterapia 13,8% (n=52); Medicina 10,3% (n=39); Terapia Ocupacional 7,7% (n=29); Nutrição 7,4% (n=28) e Enfermagem 7,1% (n=27). Demonstrando ser uma amostra significativa (Gráfico 20).

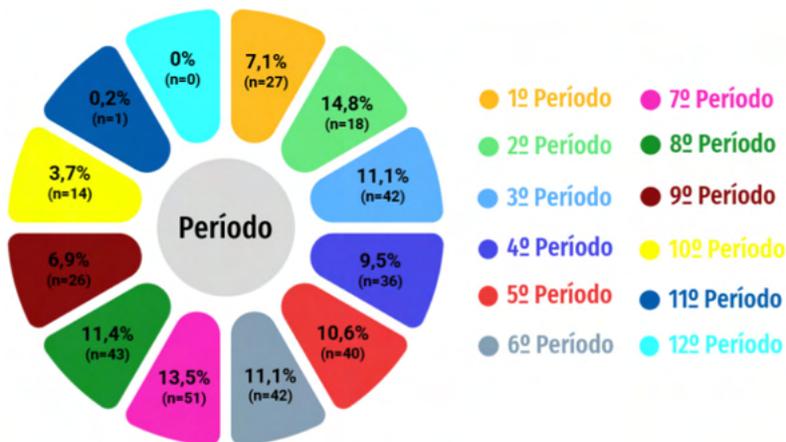


Gráfico 21. Frequência por período dos cursos oferecidos pelo CCS/UFES (n=378).

No que se refere à distribuição por semestre em que os alunos estavam matriculados (Gráfico 21), 27 (7,1%) eram do 1º período, 56 (14,8%) do 2º período, 42 (11,1%) do 3º período, 36 (9,5%) do 4º período, 40 (10,6%) do 5º período, 42 (11,1%) do 6º período, 51 (13,5%) do 7º período, 43 (11,4%) do 8º período, 26 (6,9%) do 9º período, 14 (3,7%) do 10º período, 1 (0,2%) do 11º período e nenhum do 12º período. Houve uma distribuição bastante homogênea em todas as etapas de formação. Salientamos que há cursos com oito semestres de duração (Nutrição e Enfermagem), nove (Fonoaudiologia), dez (Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Farmácia, Odontologia) e doze (Medicina).



Gráfico 22. Frequência de não desperiodizados (n=378).

A maioria dos estudantes, 74,6% (n=282), não se encontravam desperiodizados no momento da pesquisa, enquanto 25,4% (n=96) estavam com disciplinas pendentes de acordo com seu ano de ingresso (Gráfico 22).

Neste sentido, era esperado que, em decorrência da pandemia da COVID-19, o número de estudantes periodizados sofresse mudanças, e em 2020 a UFES flexibilizou as normas acadêmicas com objetivo de contribuir com a permanência (UFES, 2020d).

A Resolução nº 33/2020, de 24 de agosto de 2020, dispõe sobre uma nova modalidade para trancamento de matrícula, o Trancamento de Matrícula por Motivo de Pandemia (TMP). O universitário ao solicitar a suspensão temporária, não perde o vínculo com a instituição e não tem esse período computado para fins de integralização curricular. O Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA) e o Coeficiente de Rendimento Normalizado (CRN) também sofreram alterações com a resolução. No primeiro e segundo semestre letivo de 2020, esses critérios não foram utilizados para seleção em programas de bolsas (UFES, 2020d).

Em artigo de análise sobre os índices de evasão de estudantes universitários durante a pandemia, Nunes (2021) refere que, embora as instituições tenham buscado medidas de adaptação para esse contexto, o aumento no nível de ansiedade, estresse e depressão entre os estudantes pode contribuir no crescimento nos índices de evasão. A pesquisadora ainda salienta que a evasão é um processo complexo onde fatores externos, internos e características dos estudantes influenciam na escolha de interromper a graduação antes do tempo adequado para integralização.

2.2 Internet e equipamentos de informática

A seguinte seção se ocupa em conhecer o nível de acesso à internet e à equipamentos de informática. É importante ressaltar que esta pesquisa foi realizada utilizando o *Google Forms*, portanto, era condição possuir algum tipo de acesso no momento da pesquisa.

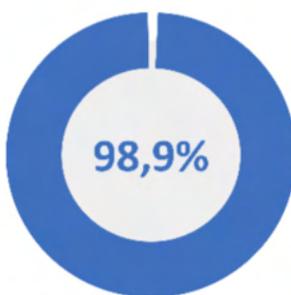


Gráfico 23. Frequência dos que possuem acesso à internet em casa (n=378).

Apenas 1,1% (n=4) dos graduandos relatam não possuir internet em casa (Gráfico 23). Em análise que considerou todos os *campi* da universidade, chegou-se ao percentual de 4% (UFES, 2020e). Pesquisas indicam algumas estratégias para minimizar esses impactos nas universidades, como o suporte material através da doação de equipamentos

pela gestão e a escuta atenta sobre o método de ensino remoto proposto, possibilitando desta forma, reduzir as desigualdades de acesso ao ensino virtual (APPENZELLER, *et al* 2020). E, partindo da mesma premissa, a UFES criou em novembro de 2020, o Auxílio Emergencial de Inclusão e de Acessibilidade Digital como forma de mitigar os problemas de acesso dos estudantes. As chamadas para o cadastro ocorreram durante os períodos acadêmicos 2020/1, 2020/2 e 2021/1. A primeira e segunda chamada foram abertas a todos estudantes de cursos presenciais de graduação da UFES com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário-mínimo *per capita*, sem equipamento de informática (*notebook* ou computador de mesa) e/ou serviço de internet. Esse auxílio oportunizou a possibilidade de participar das aulas virtuais, entretanto, nos editais de chamadas posteriores, somente os ingressantes puderam se inscrever para serem contemplados (UFES, 2020f).

A “Lei da Conectividade” (BRASIL, 2021b), aprovada recentemente pelo Congresso Nacional, dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, à alunos e professores da educação pública. O texto da Lei prevê como fontes de recursos o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) e o saldo correspondente a metas não cumpridas dos planos gerais de universalização dos serviços telefônicos. No entanto, tal Lei, foi vetada pelo Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. O veto foi derrubado pelo Congresso Nacional e se encontra sob julgamento de responsabilidade fiscal, no Supremo Tribunal Federal (STF) (UOL, 2021). A justificativa à tal veto se deu devido a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016 que altera o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências, estipulando um teto de gastos públicos em áreas como Saúde e Educação por 20 anos (BRASIL, 2016a). Enfatiza-se que essa EC desconsidera as questões básicas de planejamento como, por exemplo, o crescimento populacional brasileiro durante duas décadas.

TECNOLOGIA DE INTERNET QUE POSSUI EM CASA

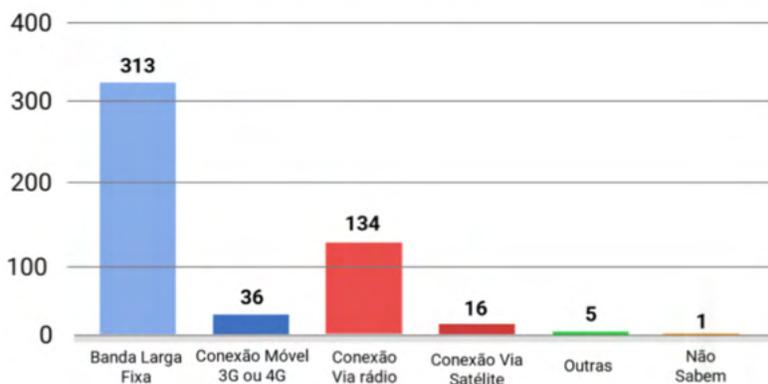


Gráfico 24. Frequência quanto ao tipo de tecnologia de internet em casa (n=374).

Quando questionados sobre o tipo de tecnologia que possuem em casa para acessar a internet, e sabendo que as opções eram de múltipla escolha, dos 374 estudantes com acesso em suas residências, 313 (82,8%) possuem acesso por banda larga fixa, 134 (35,8%) por conexão via rádio, 36 (9,6%) por banda larga móvel 3G ou 4G, 16 (4,3%) por conexão via satélite, 5 (1,3%) por outras (sem especificar a tecnologia) e 1 relatou não saber (Gráfico 24).

Em nosso país, desde 2008, ocorre uma tendência de crescimento do número de domicílios com acesso à internet onde a banda larga fixa está presente na residência de 62% dos brasileiros e, de modo geral, 39,2% realizam esse acesso através de microcomputadores (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2018). No entanto, observa-se o impacto da renda nesse prisma, uma vez que entre a população com renda *per capita* inferior a US\$ 5,50 por dia, a proporção de quem acessa através de microcomputadores era de 11,8% em 2019. Nesse segmento da população, há uma maior dependência do celular como único equipamento de acesso (IBGE, 2020d).

Se calcularmos o câmbio de 1 dólar em, aproximadamente, R\$5,50 (valor de novembro de 2021), pode-se chegar à uma renda *per capita* de, aproximadamente R\$30,25 por dia ou uma renda mensal de R\$907,50 por pessoa. A realidade dos estudantes do CCS/UFES demonstra que 62,2% (n=235) possui uma renda familiar bastante inferior, abaixo de 3 salários-mínimos como demonstrado na Seção 1.3 – “Estudante e vida financeira”.

No que diz respeito à conexão móvel 3G ou 4G, dados indicam que está se faz presente para 27% da população brasileira. Mas, como apontado anteriormente, com variação de percentuais de acordo com a renda do indivíduo (Ibdi).

Um número expressivo de sujeitos (n=313) em nosso estudo relata ter internet de banda larga fixa e essa tecnologia, dentre as disponíveis, é a que melhor garante velocidade e estabilidade no acesso. Em se tratando de 4G, o Brasil está em 51º no ranking mundial que compara a velocidade média dessa tecnologia, apresentando também uma velocidade de *download* abaixo da média (OPENSIGNAL, 2016).

A conexão via rádio é indicada como pouco utilizada na Região Sudeste (4%), entretanto, a mesma publicação já mencionada afirma ser comum encontrar indivíduos que fazem seu uso no interior e em pequenas cidades (ibdi). Uma vez que muitos estudantes retornaram para o interior durante a pandemia, esta pode ter sido a razão para que nossos resultados fossem tão dispares (35,8%) no uso dessa tecnologia.

Sabe-se que a tecnologia está intimamente ligada a qualidade de acesso que este estudante terá durante o ensino remoto, impactando diretamente na qualidade deste ensino. Nesse sentido, os estudantes responderam à pergunta de opinião sobre a qualidade de seu acesso à internet.

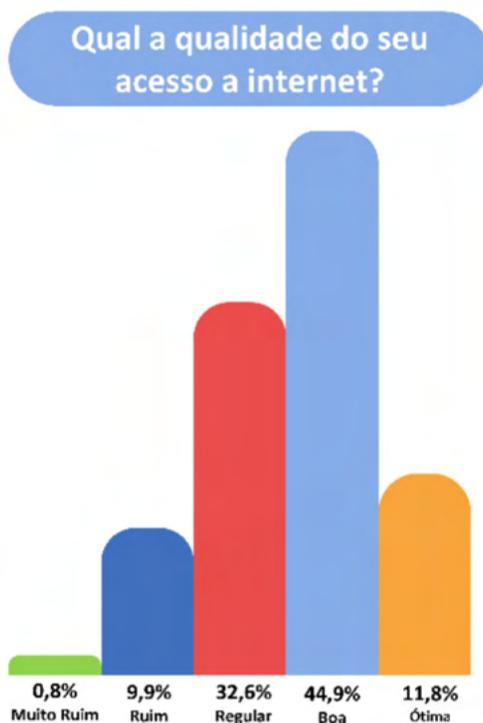


Gráfico 25. Frequência quanto à classificação da qualidade de internet (n=374).

Embora o acesso à internet seja amplo, resultando em 98,8% da amostra, a qualidade de navegação é de 'regular' há 'muito ruim' para mais de 40% dos entrevistados, como observado no Gráfico 25. Esses dados apresentam similaridade com os dados de estudantes universitários pesquisados em Minas Gerais pela Empresa Junior da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – FAEFI/UFU em que quase 40% classificaram o acesso como 'regular' ou 'ruim' (UFU, 2020).

A pandemia e a necessidade de um sistema remoto de ensino comprovaram as condições nada satisfatórias de estudantes brasileiros quanto ao alcance à internet e o quanto as políticas públicas precisam ser melhoradas para que se evite o agravamento da desigualdade social no Brasil (CUNHA; SILVA, AS e SILVA, AP, 2020). Isso pode ser demonstrado pelos aspectos sociodemográficos: no ensino superior brasileiro, os estudantes que possuem menos condições de acesso à internet de qualidade durante a pandemia são os moradores de regiões rurais e municípios do interior do país, negros ou indígenas, e de baixa renda (NASCIMENTO, *et al*, 2020), expondo a desigualdade social brasileira.



Figura 4. Nuvem de Palavras quanto à avaliação de qualidade da internet (n=374).

Neste sentido, ao responderem sobre o motivo pelo qual avaliavam a qualidade do seu acesso ótimo, bom, regular, ruim ou muito ruim, as palavras “Internet”, “Sinal”, “Conexão” e “Lento” aparecem com maior frequência e se destacam das demais, colocando em relevo os aspectos negativos e fatores que possam dificultar um bom uso de recursos *online* (Figura 4). A Nuvem de Palavras nos dá também a dimensão da desigualdade pela variabilidade dos termos indicados, uma vez que ter uma boa ou ótima conexão é fator fundamental para a continuidade dos estudos em tempos de distanciamento.

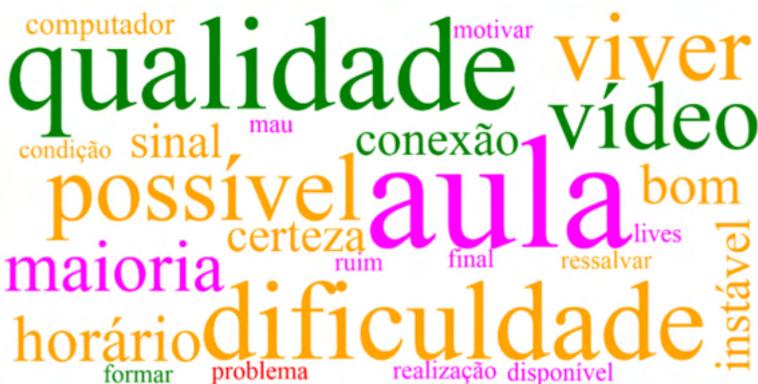


Figura 5. Nuvem de Palavras quanto a realização de atividades acadêmicas remotas (n=374).

Corroborando com os achados anteriores, a Figura 5 apresenta a Nuvem de Palavras gerada quando os estudantes foram incentivados a dar sua opinião sobre a realização de atividades acadêmicas remotas utilizando a internet de sua residência. As palavras “Aula”, “Qualidade” e “Dificuldade” foram as mais recorrentes. É válido ressaltar que no período de aplicação desta pesquisa, o ensino remoto regular ainda era estudado

como uma possibilidade na universidade, sendo motivo de muitas especulações entre a comunidade universitária, indicando as incertezas e inseguranças deste período. No momento da pesquisa, os estudantes possuíam dúvidas se teriam condições para a realização de atividades remotas.

Quando questionados sobre os principais equipamentos de acessos à internet, o Gráfico 26 apresenta alguns dados que se distinguem. Entre os estudantes pesquisados, 1,8% (7) não possuem *smartphone* ou fazem uso compartilhado desse recurso.

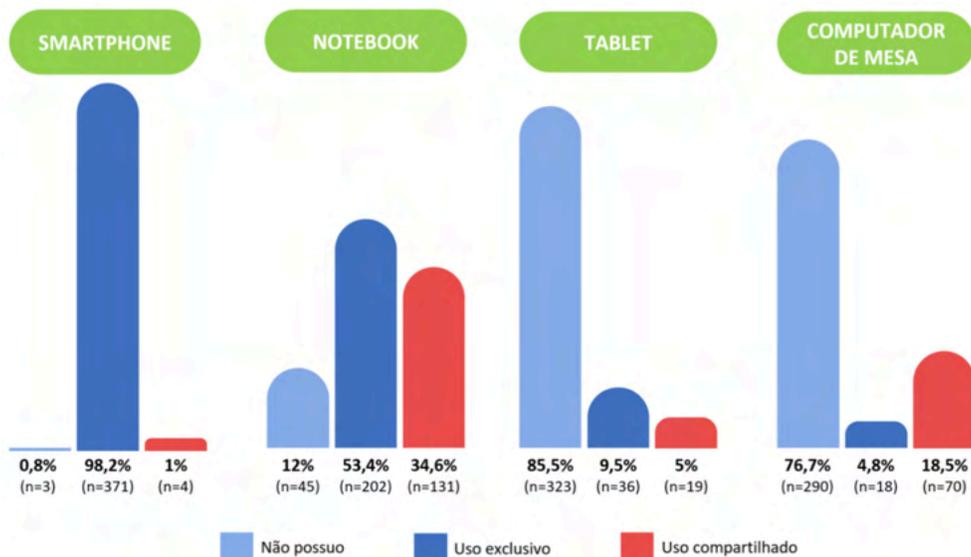


Gráfico 26. Frequência quanto aos tipos de equipamentos de acesso à internet (n=374).

Quanto a possuir *Notebook*, 46,6% (176) declararam não possuir ou ser esse equipamento de uso compartilhado. Sobre *Tablet*, 90,5% (342) não possui ou tem seu uso compartilhado. E no que diz respeito à computador de mesa, 95,2% (360) não o possui ou também fazem uso compartilhado.

No que se refere a dados oficiais sobre a propriedade de equipamentos de informática e acesso à internet pela população brasileira, o IBGE publicou o relatório “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua” em 2019 (IBGE, 2019b). Este documento aponta que, na Região Sudeste, 95,3% dos domicílios possuem telefone móvel celular, e que a utilização da internet domiciliar teve um aumento de 3,6 pontos percentuais em relação à 2018, atingindo 82,7% dos domicílios no país. Esse dado destaca um crescimento acelerado, principalmente no Sudeste, onde esse percentual totalizou 87,3% dos domicílios com utilização de internet. Entretanto, e apesar do acesso, é preciso avaliar os equipamentos e o tipo de conexão da internet utilizada nestes domicílios. Em 2019, o

relatório citado aponta que dentre os equipamentos utilizados para acessar a internet, o uso de telefone móvel celular totalizou 99,5% dos domicílios, em segundo lugar encontra-se o computador de mesa com 45,1%, seguidos pela televisão e pelo *Tablet*, 31,7% e 12%, respectivamente, corroborando com os achados da presente pesquisa.

O mesmo relatório revela que a distribuição de acesso a estes equipamentos não é igualitária, estando relacionada com o rendimento médio *per capita* dos domicílios. Nas residências que não contavam com computadores de mesa, o rendimento médio foi de R\$ 789,00 *per capita*. Para aquelas que possuíam pelo menos um desses equipamentos, o rendimento médio foi de R\$ 2.183,00; chegando a alcançar rendimentos de R\$ 3.573,00 (Ibid.).



Figura 6. Nuvem de Palavras quanto a qualidade dos equipamentos que possuem (n= 374).

Ao serem questionados quanto a qualidade dos equipamentos que possuem, a Nuvem de Palavras gerada (Figura 6) indica a palavra “Bom” como a mais frequente, seguida de “Ótimo”. No entanto, palavras como “Ruim”, “Antigo”, “Razoável”, também foram citadas, mas em menor frequência. A qualidade dos equipamentos pode ser associada a possíveis dificuldades de conexão à internet, e conseqüentemente, impactar a realização de atividades ou participação nas aulas que exigem acesso *online* de boa qualidade, principalmente na perspectiva de “ligar a câmera” do dispositivo, uma vez que esta ação exige que o aparelho consiga transmitir imagem e recepcionar áudio e vídeo simultaneamente. De acordo com o relatório supracitado, dentre os motivos da não utilização da internet nos domicílios em regiões rurais, a principal justificativa foi de que os serviços de internet são caros para o orçamento familiar (25,3%). Em domicílios da região urbana, os principais motivos citados foram a falta de interesse, seguido pela dificuldade em utilizar os equipamentos para 37,3% e 27,9% dos pesquisados respectivamente (Ibid.).

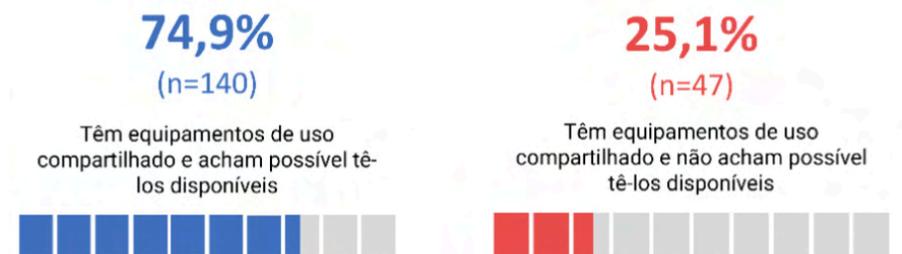


Gráfico 27. Frequência dos que possuem equipamentos de uso compartilhado e acham ou não possível tê-los disponíveis em horários de aula (n=187).

Ao serem questionados sobre a possibilidade de terem seus equipamentos disponíveis em horário de aula, 140 (74,9%) estudantes, que têm equipamentos de uso compartilhado, consideram possível tê-los disponíveis. Enquanto para 47 (25,1%) estudantes, essa ação não seria possível (Gráfico 27).

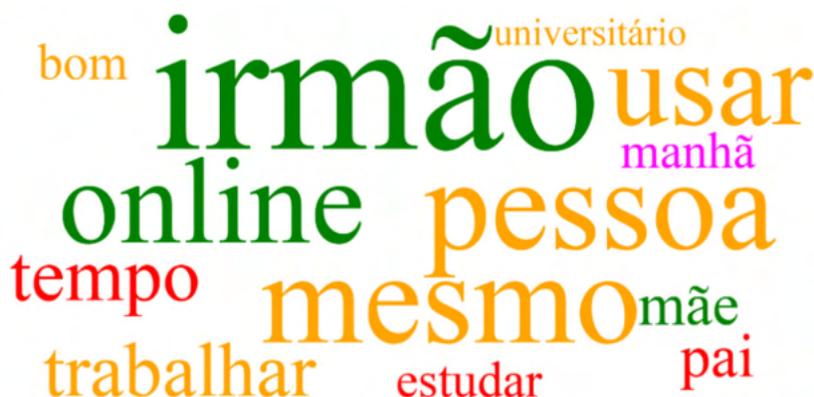


Figura 7. Nuvem de Palavras quanto ao motivo de acharem não ser possível ter o equipamento compartilhado nos horários das aulas (n=47).

Quando indagados sobre o motivo de acharem não ser possível ter o equipamento compartilhado disponível para as aulas, os estudantes citaram o vocábulo “Irmão” com maior frequência, seguida de “Pessoa”, “Pai”, “Mãe” e “Trabalho”, como observado na Figura 7. Tais vocábulos podem indicar que o horário integral das aulas dos cursos do CCS talvez seja um problema para aqueles que moram com a família e não possuem equipamentos próprios. Uma vez que, equipamentos de uso compartilhado, utilizado em alguns momentos pela família, passariam a ser um instrumento de trabalho e de estudo fundamental para todos.

2.3 Ambiente de estudos

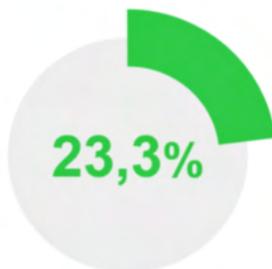


Gráfico 28. Frequência dos sem espaço físico específico para as atividades acadêmicas (n=378).

Na seguinte seção, o foco de atenção recai sobre os espaços no domicílio que os estudantes utilizam para realizarem suas atividades acadêmicas. Dos 378 estudantes que responderam à pesquisa, 76,7% (n=290) possuem um espaço em sua casa dedicado às atividades acadêmicas e 23,3% (n=88) não possuem, como constatado pelo Gráfico 28. Em pesquisa semelhante realizada na Universidade Federal de Uberlândia com estudantes universitários, observou-se que 42,4% dos discentes consideram seu ambiente de estudo entre regular e ruim (UFU, 2020).

Em meio a pandemia de COVID-19 e a publicação das Portarias 343 e 345 do Ministério da Educação, autorizaram, em caráter excepcional, a substituição das aulas presenciais por aulas remotas por um período de 30 dias. Mais tarde, ambas foram revogadas pela Portaria 544 de 16 de junho de 2020, que estendeu a autorização até dezembro de 2020. Tal medida, oportunizou o retorno do ensino pelas IES brasileiras, tornando as metodologias de ensino remoto uma realidade emergencial nas universidades (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020; BRASIL, 2020b; 2020c; 2020d). Posteriormente, o ensino remoto é autorizado em todos os níveis até dezembro de 2021, através de homologação, pelo Ministério da Educação, do Parecer nº. 15 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2020e). No entanto, observa-se que a implementação de novos formatos de ensino, podem não favorecer boa parte dos estudantes aqui pesquisados, vide que mais de 20% não terem espaço físico adequado e mais de 40% não terem internet de boa qualidade, como já discutido. Ademais, o Brasil possui desafios relacionados aos recursos pedagógicos para estes fins e dificuldades dos discentes em relação ao acesso às aulas devido às diferenças sociodemográficas (FIOCRUZ, 2020a; OLIVEIRA & CHAVES, 2020). Por isso, deve-se tomar medidas para reduzir o impacto desta modalidade para aqueles que não possuem condições de participar das aulas, como doação de computadores e acesso à internet (APPENZELLER, *et al*, 2020).

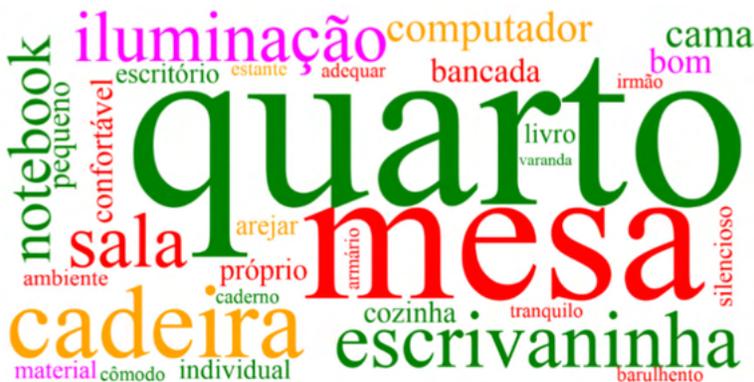


Figura 8. Nuvem de Palavras quanto ao espaço dedicado às atividades acadêmicas (n=378).

Ter um local para os estudos, que garanta ao menos privacidade, silêncio e mobiliário adequados, é uma condição bastante importante no planejamento de ensino por plataformas digitais. Ao serem solicitados a descreverem seu local de estudos, a palavra “Quarto” foi a mais frequente, seguida de “Mesa”, “Cadeira” e “Escrivaninha”, nessa ordem (Figura 8). No entanto, a Nuvem de Palavras também destaca ambientes de uso comum em uma residência, como “Cozinha”, ou a inadequação mobiliária, como “Cama”.

2.4 Atividades de ensino

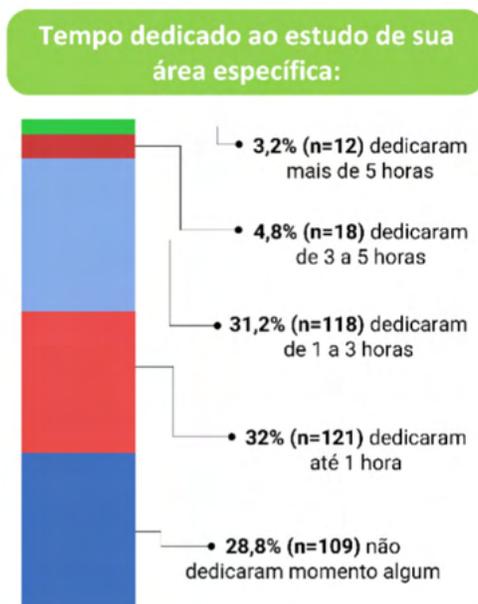


Gráfico 29. Frequência em relação ao tempo de dedicação aos estudos de área específica durante a paralisação (n=378).

Quando questionados sobre o tempo que se dedicaram ao estudo de sua área específica, 28,8% (n=109) não dedicaram nenhum momento; 32% (n=121) relataram dedicar até 1 hora; 31,2% (n=118) de 1 a 3 horas; 4,8% (n=18) de 3 a 5 horas e 3,2% (n=12), 5 horas (Gráfico 29). Salienta-se que todos os cursos oferecidos pelo CCS da universidade são em tempo integral. Ou seja, a dedicação aos estudos, mesmo que apenas em sala de aula, varia de 6 a 10 horas por dia da semana. Ainda assim, a maioria dos estudantes (71,2%) dedicou de uma a cinco horas do dia para estudos de sua área no período anterior a implementação do ensino virtual na universidade.

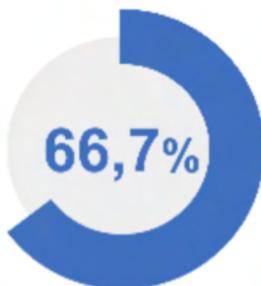


Gráfico 30. Frequência dos que receberam atividades acadêmicas durante a paralisação (n=378).

Entre os estudantes, 66,7% (n=252) afirmaram ter recebido atividades acadêmicas, não contabilizadas na época da aplicação da pesquisa como carga horária de ensino, durante a paralisação e 33,3% (n=126) afirmam não ter recebido atividades de seus professores (Gráfico 30).

Por meio da Resolução nº 07/2020, de 6 de abril de 2020, a universidade vetou a substituição de atividades presenciais por aulas da metodologia de Educação à Distância (EaD), contudo atividades de apoio ensino-aprendizagem, não avaliativas e não computadas como carga horária de ensino, poderiam ser realizadas pelos docentes, sendo opcionais aos discentes (UFES, 2020g).

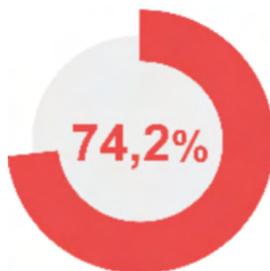


Gráfico 31. Frequência dos que não realizaram ou realizaram somente algumas atividades enviadas durante a paralisação (n=252).

Dos 252 estudantes que receberam atividades acadêmicas, 16,8% (n=42) não realizaram as atividades; 57,4% (n=145) realizou alguma atividade; 16,8% (n=42) realizou quase todas as atividades e 9,1% (n=23) realizou todas as atividades (Gráfico 31).

Quanto ao percentual de universitários que relatou a não realização das atividades, é importante ressaltar que o engajamento é um conceito relacionado em sua origem com fatores motivacionais e sociais. No contexto acadêmico, o estudante engajado é aquele que se encontra envolvido em suas atividades estudantis de forma intensa, estando, portanto, associado ao entusiasmo, bem-estar, autoeficácia e otimismo em relação ao processo de aprendizagem (MARTINS; MACHADO; VOSGERAU, 2021).

Entretanto, durante a pandemia, o formato de aprendizagem *online* pode intensificar os estressores relacionados a vida estudantil, sendo esperado uma redução na motivação para assuntos acadêmicos, corroborando com os achados da Nuvem de Palavras formada na Figura 10, apresentada mais a diante (GRUBIC; BADOVINAC; JOHRI, 2020).

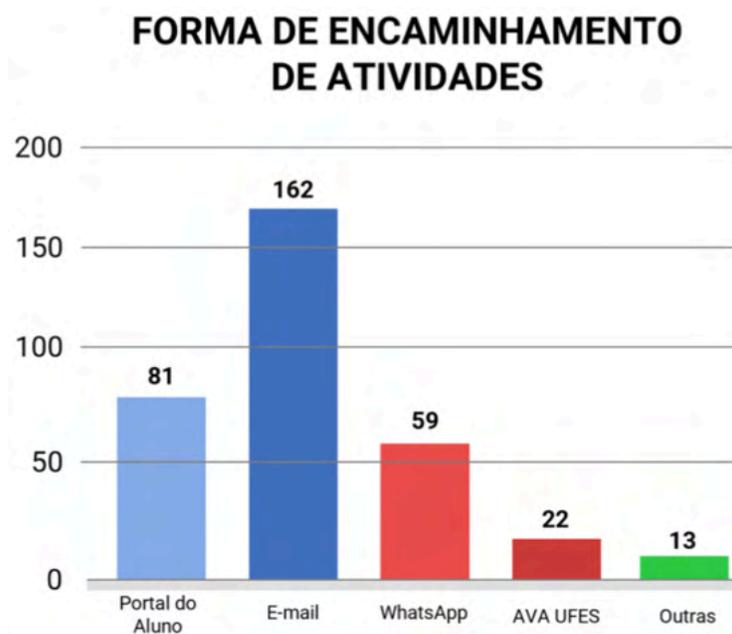


Gráfico 32. Frequência da forma de encaminhamento das atividades enviadas durante a paralisação.

Relativo à forma como as atividades foram encaminhadas, e tendo em vista que os estudantes poderiam relatar mais de uma opção, 81 (32,14%) receberam as atividades via Portal do Aluno, 162 (64,28%) receberam por e-mail, 59 (23,41%) por *WhatsApp*, 22 (8,73%) AVA UFES e 13 (5,1%) de outras formas (Gráfico 32).

Dos 210 estudantes que realizaram as atividades em algum grau, 51,4% (n=108) relataram receber as atividades semanalmente; 45,7% (n=96) esporadicamente e 2,9% (n=6) diariamente.

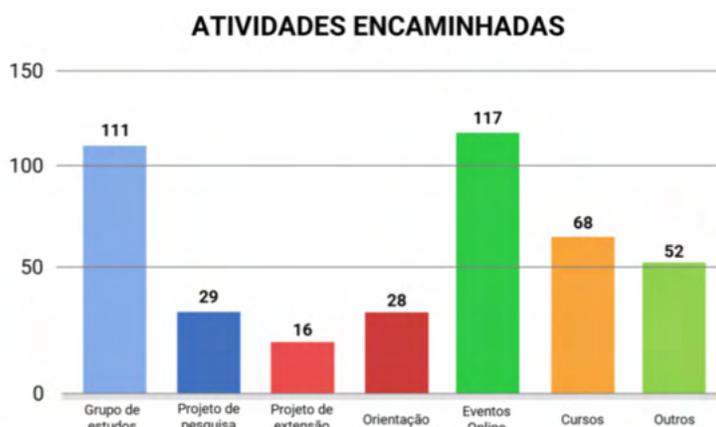


Gráfico 33. Frequência de tipos de atividades encaminhadas aos estudantes durante a paralisação.

Sobre o tipo de atividade realizada, 111 estavam relacionadas com grupos de estudos, 29 com projetos de pesquisa, 16 projetos de extensão, 28 orientações, 117 eventos *online*, 68 cursos e 52 realizaram outras atividades (Gráfico 33).

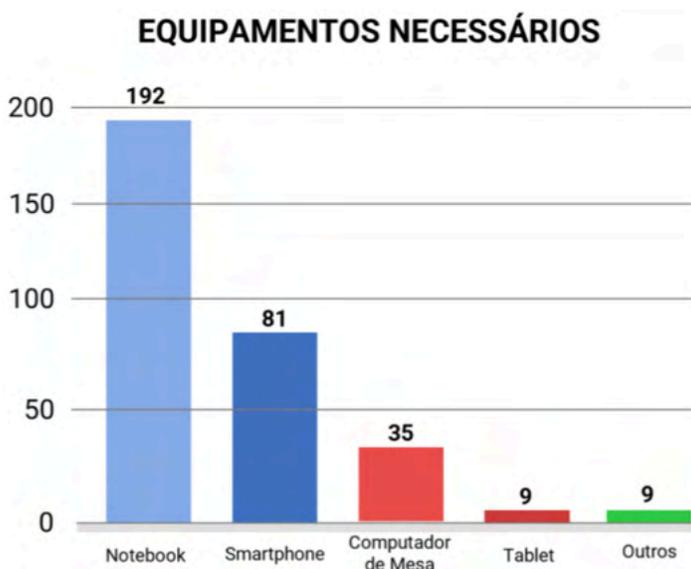


Gráfico 34. Frequência de equipamentos necessários para realização das atividades (n=378).

Indagados sobre os equipamentos que precisariam para realizar as atividades encaminhadas pelos docentes, e tendo em vista a possibilidade de múltipla escolha das opções de resposta, 192 (50,8%) estudantes relataram precisar de *Notebook*, 81 (21,4%) estudantes *Smartphone*, 35 (9,2%) Computador de Mesa, 9 (2,4%) *Tablet* e 9 (2,4%) outros, sem especificar qual (Gráfico 34).

Como já discutido anteriormente, possuir equipamentos de informática está diretamente relacionado à renda familiar e os dados levantados demonstram uma boa parte dos estudantes em vulnerabilidade financeira.

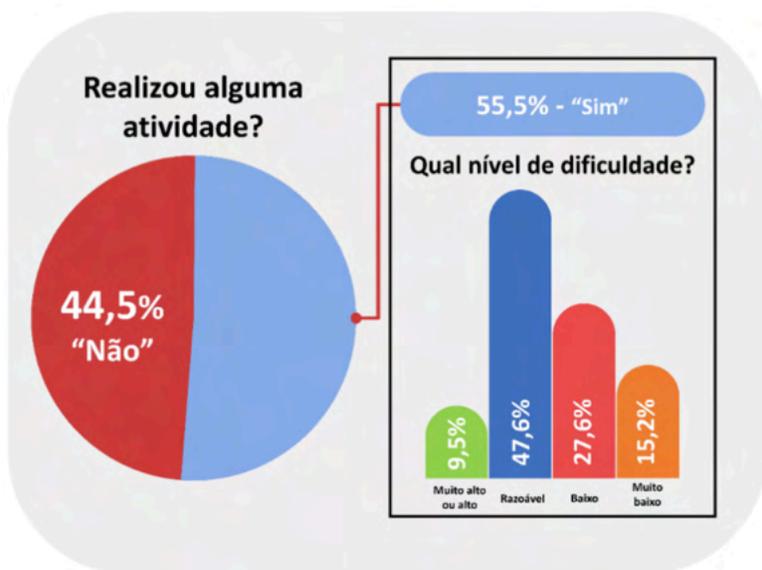


Gráfico 35. Frequência dos que realizaram alguma atividade (n=378) e quanto à classificação das atividades realizadas (n=210).

Os estudantes foram ainda questionados sobre a realização de qualquer atividade no período e como classificariam essas atividades. Dos 378 estudantes que responderam à pesquisa, 210 (55,5%) realizaram as atividades em algum grau. Para aqueles que realizaram as atividades, indagamos sobre o nível de dificuldade referente ao conteúdo, 100 (47,6%) classificaram como razoável; 58 (27,6%) classificaram como baixo; 32 (15,2%) classificaram como muito baixo; 20 (9,5%) classificaram as atividades em um nível muito alto ou alto (Gráfico 35).

É importante a observação de que no momento da realização da presente pesquisa tais atividades foram consideradas, pela gestão da UFES, como não obrigatórias. Entre docentes e discentes, notou-se opiniões divergentes no que diz respeito a escolha desta estratégia para a manutenção de um vínculo acadêmico.



Figura 9. Nuvem de Palavras do grau de dificuldade das atividades enviadas durante a paralisação (n=378).

Quanto a avaliação dos estudantes na realização dessas atividades, a Nuvem de Palavras da Figura 9 destaca os vocábulos “Bom” e “Interessantes” como de maior frequência. “Difícil” e “Momento” são outros vocábulos também frequentes que pode indicar problemas no acompanhamento de atividades num formato em que tanto estudantes como professores não estavam habituados.



Figura 10. Nuvem de Palavras sobre o porquê de não realizar as atividades encaminhadas por docentes durante a paralisação (n=168).

Os estudantes que indicaram não realizar as atividades encaminhadas, relacionam esse fato à palavra “Mental”, seguida de “Motivação” e na sequência, “Pandemia”, “Estudar” e “Tempo” (Figura 10). O que nos leva a sugerir que questões referentes a saúde mental dos estudantes e aspectos de motivação para a continuidade dos estudos sejam a justificativa mais presente para aqueles que se recusaram a realizar atividades acadêmicas nos cinco primeiros meses da pandemia.

3.2 Estudante e trabalho

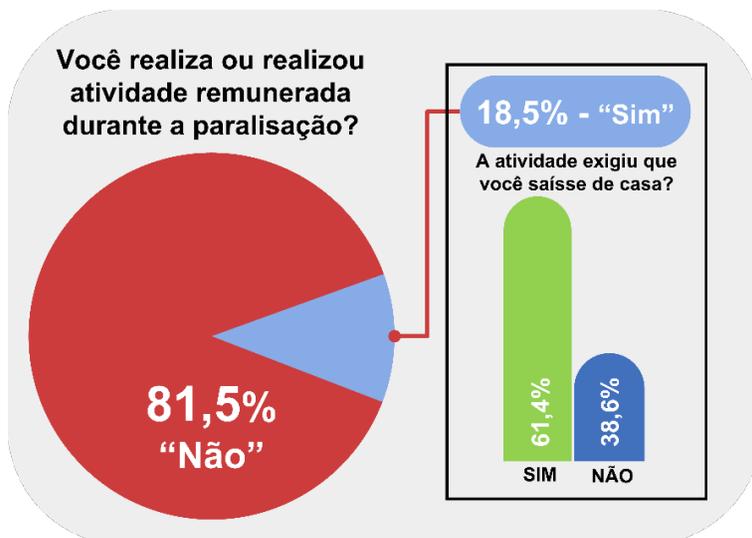


Gráfico 36. Frequência dos que realizaram atividades remuneradas durante a paralisação (n=378) e dos que necessitaram sair de casa para realizá-las (n=70).

Na sequência, os discentes foram indagados sobre a realização de atividades remuneradas durante a paralisação. Dos 378 estudantes respondentes, 18,5% (n=70) realizaram alguma atividade remunerada durante a paralisação, enquanto 81,5% (n=308) não realizaram. Entre aqueles que realizaram alguma atividade remunerada, 43 (61,4%) precisaram sair de casa para realizar estas atividades e 27 (38,6%) realizaram essas atividades na própria residência (Gráfico 36).

Pinto e colaboradores (2020), ao analisarem os impactos da conciliação entre a jornada de trabalho e a jornada acadêmica de estudantes universitários concluem que existem evidências que essa dupla jornada impacta de forma significativa a qualidade de vida dos acadêmicos.

A literatura ainda aponta que estudantes que realizam a dupla jornada, enfrentam risco de exaustão e declínio de desempenho acadêmico apresentando fatores de risco e de proteção tornando-se mais um dos desafios que os estudantes vivenciam principalmente durante a pandemia (CORREIA, 2021). No contexto pandêmico, pesquisadores apontam a redução na priorização dos estudos com aumento da perspectiva de evasão entre jovens de 15 a 29 anos. Entre os participantes da referida pesquisa, 30% relataram considerar um possível não retorno para as atividades acadêmicas (POSSA *et al*, 2020).

Em seguida, os estudantes foram estimulados a descreverem o tipo de atividade remunerada realizada gerando a Nuvem de Palavras apresentada como Figura 14.



Figura 14. Nuvem de Palavras sobre o tipo atividade remunerada durante a paralisação (n=70).

Os discentes citaram a palavra “Trabalho” com mais frequência, seguida de “Estágio”. Num mesmo nível de frequência, as palavras “Projeto”, “Produção”, “Entregar”, “Pessoa”, “Funcionário”, “Internet”, surgem como uma descrição das atividades. O trabalho remunerado, não realizado pela maioria dos estudantes do CCS antes da pandemia, passa a fazer parte da realidade de muitos, assim como os estágios remunerados. O que talvez tenha sido uma forma encontrada para garantir sua subsistência e auxiliar a família.

Dando continuidade a esse tema, foi feito o questionamento se houve necessidade de deslocamento e, se sim, com qual a frequência e a carga horária realizada para essa atividade.

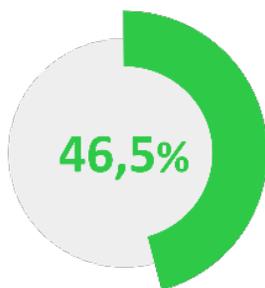


Gráfico 37. Frequência dos que necessitaram se deslocar (n=43).

Entre aqueles que precisaram se deslocar, 46,5% (n=20) saíram diariamente, 20,9% (n=9) saíram esporadicamente, 20,9% (n=9) duas ou três vezes na semana e 11,6% (n=5) semanalmente (Gráfico 37). Ou seja, a maioria dos estudantes que estava exercendo atividades remunerativas na época da coleta de dados precisou sair de suas residências diariamente, se expondo aos riscos de infecção pelo novo coronavírus.

O transporte público é um serviço essencial para mobilidade, entretanto pode aumentar a probabilidade de contaminação por infecções respiratórias em decorrência do confinamento e pouca ventilação, sendo necessárias restrições com objetivo de contenção de transmissão de doenças (LÓPEZ-OLMEDO, *et al.*, 2020).

Salienta-se que esta pesquisa foi realizada ao longo do mês de julho de 2020, mês no qual o Espírito Santo registrou um número significativo de novos casos e óbitos pela COVID-19 (SESA-ES, 2020b).

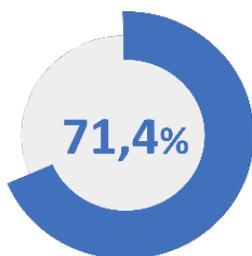


Gráfico 38. Frequência dos que utilizaram até 8 horas em atividades remuneradas (n=70).

Entre todos que realizaram atividades remuneradas durante a paralisação, 37,1% (n=26) relatam usar até 4 horas diárias, 34,3% (n=24) de 4 a 8 horas e 28,6% (n=20) mais de 8 horas (Gráfico 38). Ou seja, mais de 60% daqueles que exerciam alguma atividade remunerada trabalhavam por mais de 4 horas diárias, chegando a mais de 8 horas, podendo dificultar o manejo de tempo para os estudos. A quantidade de horas diárias para exercer tais atividades já foi mencionada por um outro estudo com universitários e suas situações mediante a pandemia. Na referida pesquisa, a maior parte desses estudantes trabalhavam de 31 a 40 horas semanais (UFU, 2020).

Para além das atividades remuneradas, os graduandos foram questionados sobre a realização de atividade voluntária. No caso afirmativo, quais foram essas atividades, se houve necessidade de sair de casa, a frequência do deslocamento e a carga horária utilizada conforme apresentado nos gráficos 39, 40 e 41.

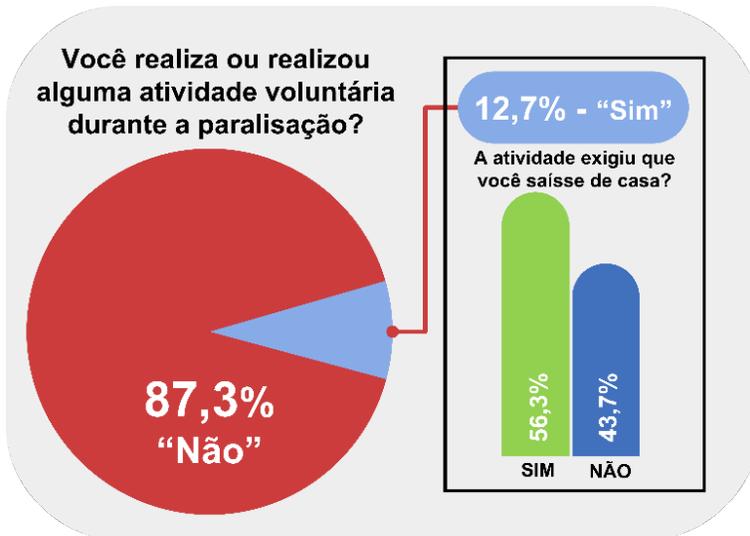


Gráfico 39. Frequência dos que realizaram alguma atividade voluntária durante a paralisação (n=378) e dos que precisaram sair de casa para cumprir a atividade voluntária (n= 48).



Gráfico 40. Frequência dos que precisaram se deslocar ao menos uma vez por semana para cumprir a atividade voluntária (n= 27).

Entre os respondentes, 12,7% (n=48) realizou atividades voluntárias (Gráfico 39). A Atividade Voluntária, segundo a Lei 13.297 de 2016, é definida como:

“atividades não remuneradas prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa.” (BRASIL, 2016b).

Com percentual que se aproxima dos encontrados na presente pesquisa, um estudo realizado com 872 estudantes espanhóis, aponta que apenas 9,9% exerceram alguma atividade voluntária durante a pandemia, apesar de mais da metade dos entrevistados ter a crença de que o confinamento aumentaria o número de voluntários (VILLA; LITAGO; FERNÁNDES, 2020).

Dos 48 estudantes que realizaram esse tipo de atividade, 56,3% (n=27) tiveram necessidade de se deslocar (Gráfico 39). Entre esses, 33,3% (n=9) semanalmente, 33,3% (n=9) se deslocaram esporadicamente, 22,2% (n=6) duas ou três vezes na semana e 11,1% (n=3) diariamente (Gráfico 40). A quebra de isolamento possivelmente colocou o estudante em risco de infecção, além disso, quando o transporte público é utilizado, evidências apontam que o indivíduo se expõe ainda mais aos riscos de contaminar-se (AQUINO, *et al*, 2020; CAMARGO; ELIAS, 2020).

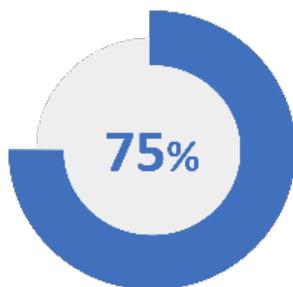


Gráfico 41. Frequência dos que usaram até quatro horas diárias para realizar atividades voluntárias durante a paralisação (n= 48).

Dos estudantes que realizaram esse tipo de atividade, a maioria usou até 4 horas diárias, 14,6% (n=7) usaram de 4 a 8 horas diárias e 10,4% (n=5) mais de 8 horas diárias (Gráfico 41). Esse aspecto revela que 25% dos graduandos do CCS/UFES utilizaram mais de 4 horas diárias no cumprimento de atividades voluntárias, com alguns chegando a ultrapassar 8 horas. Reafirma-se que os cursos de graduação aos quais esses estudantes estão vinculados, são cursos integrais e que, portanto, exigem uma dedicação quase que exclusiva. A dedicação em atividades voluntárias verificada durante o período pandêmico, não poderia ser praticada no decurso do ensino presencial.

Ao serem questionados sobre quais eram essas atividades, os graduandos relacionaram vocábulos que geraram a Nuvem de Palavras da Figura 15.



Figura 15. Nuvem de Palavras sobre o tipo de atividade voluntária realizada durante a paralisação.

A palavra “Produção” obteve a maior frequência, seguida do vocábulo “Projeto”. A que se destacar que, durante a realização da pesquisa, diversos projetos de extensão foram desenvolvidos por professores na universidade, entre eles a produção de álcool 70 em gel, contando com a participação voluntária de docentes, discentes e técnicos. De forma linear, “Alimento”, “Igreja”, “Campanha” e “Social” também aparecem com frequência nos relatos, podendo indicar um movimento de responsabilização e envolvimento do estudante com suas comunidades.

4 | COVID-19 E DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA

“Vida longa aos pesquisadores, aos profissionais da área de saúde e a todos que se encontram hoje na linha de frente de combate ao covid-19. (...)”

(Recado do estudante aos pesquisadores).

4.1 O papel social do estudante universitário

Na próxima seção, a pesquisa se ocupou em compreender como o estudante do CCS/UFES fez uso de informações científicas sobre a COVID-19.

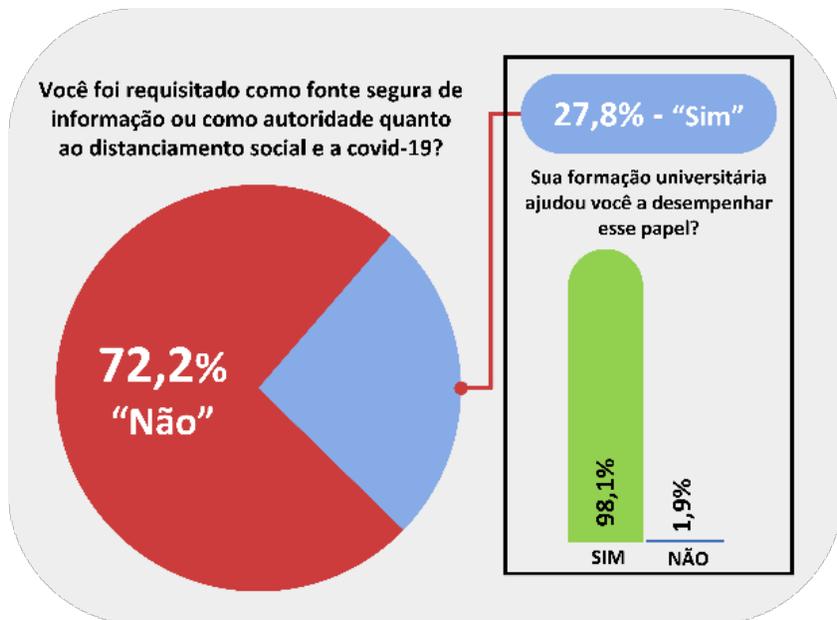


Gráfico 42. Frequência dos que foram requisitados como fonte segura de informação ou como autoridade quanto ao distanciamento social e a COVID-19 (n= 378) e dos que acredita que a formação universitária ajudou a desempenhar esse papel (n= 105).

Dos 378 estudantes, apenas 27,8% (n=105) relataram terem sido requisitados como fonte segura de informação ou como autoridade quanto ao distanciamento social e a COVID-19. Dentre esses a maioria, 103 (98,1%), acredita que a universidade tenha auxiliado a desempenhar esse papel (Gráfico 42).

Ressalta-se o percentual significativo 72,2% (n=273) daqueles que não foram requisitados.

A literatura indica que jovens universitários têm uma tendência a uma dependência da mídia durante situações de crise em saúde pública e suas opiniões possivelmente serão influenciadas pela formação e seu pensamento independente (YANG; BIN; HE, 2020). Ademais, espera-se que estudantes da saúde sejam procurados por familiares e amigos para sanar dúvidas relacionadas a área, sendo requisitados como fontes seguras. Nesse sentido, esperava-se que a maioria dos estudantes fossem requisitados como fontes seguras.

Musgrove e colaboradores (2018), salientam que estudantes universitários devem se atentar à qualidade de informações lidas e encaminhadas, já que são vulneráveis às *fake news* pelo maior uso de redes sociais.

Presume-se para esse grupo o desenvolvimento da chamada Literacia em Saúde, definida como o

“processo que ocorre quando uma sociedade fornece informações precisas de saúde e serviços que as pessoas podem facilmente encontrar, entender e usar para tomar suas decisões e ações trazendo benefícios para a saúde individual, pública e também para a sustentabilidade dos sistemas de saúde.” (HEALTH AND HUMAN SERVICES DEPARTMENT, 2019).

Por esse ângulo, e no contexto de desinformação vivenciado durante a pandemia da COVID-19, supunha-se que estudantes da saúde fossem reconhecidos como fontes confiáveis e autoridades no assunto.

Corroborando com essa tese, Shimizu (2020) aponta que cabe aos professores e instituições o ensino à criticidade dessas informações, de forma que os acadêmicos sejam parte da linha de frente na educação em saúde e capazes de fornecer informações adequadas ao público.

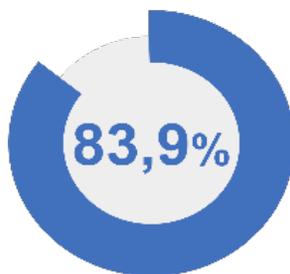


Gráfico 43. Frequência dos que perceberam desprezo pelas orientações da OMS por pessoas próximas (n= 378).

Dando continuidade ao tema, os acadêmicos foram questionados sobre sua percepção de adesão às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) por pessoas próximas. E os resultados apontam que 83,9% (n=317) perceberam que houve desprezo pelas orientações (Gráfico 43). Desde março de 2020, a OMS destaca a importância de as populações permanecerem em casa, em isolamento, para conter a disseminação do vírus, revelando ainda o papel fundamental de pessoas com menos de 50 anos, por serem mais resistentes as recomendações de isolamento (OPAS, 2021).

Ressalta-se que no período em que ocorreu a coleta de dados julho de 2020, o Espírito Santo apresentava uma alta taxa de casos, óbitos e transmissibilidade da COVID-19. Desde o início das medidas sugeridas pelos órgãos de saúde, o estado não atingiu os 70% de isolamento social recomendados. No Painel de Isolamento Social, disponibilizado pela Secretaria de Saúde do Estado, durante o mês de julho de 2020, o maior percentual de isolamento atingido foi de 53% e em apenas dois dias do mês (SESA ES, 2020c). E a baixa adesão se manteve até mesmo durante o período de agravamento da pandemia, entre março e abril de 2021.



Figura 16. Nuvem de Palavras sobre a percepção de desprezo pelas orientações da OMS por pessoas próximas.

Quando orientados a relatar se perceberam pessoas próximas desprezando as orientações da OMS, a Nuvem de Palavras da Figura 16 nos apresenta um número grande de vocábulos, centralizado na palavra “Família”, seguida de “Máscara”, “Isolamento”, “Festas” e “Social”, podendo indicar que o desprezo pelas orientações de prevenção à COVID-19 esteve presente na própria família, o que pode ter sido um fator desencadeador de estresse para os estudantes.

4.2 A busca e o uso de informações

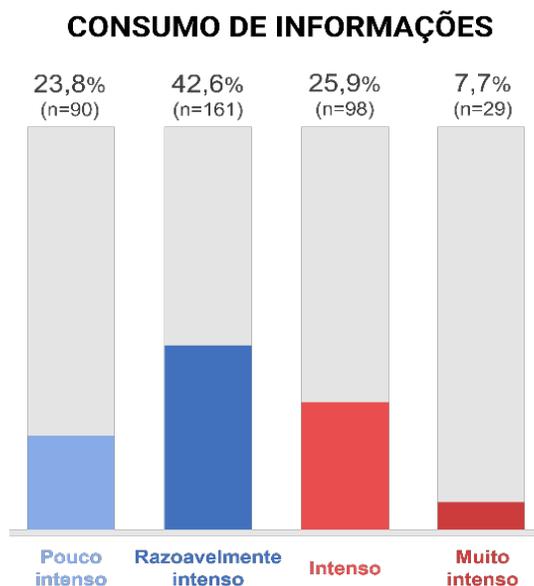


Gráfico 44. Autoavaliação do consumo de informações sobre distanciamento social e COVID-19 (n=378).

Quando questionados sobre a intensidade do consumo de informações durante a pandemia, cerca de um terço (33%) dos estudantes considerou que seu consumo de informações estava sendo intenso ou muito intenso (Gráfico 44).

O anúncio de uma pandemia, propagada por um vírus relativamente pouco conhecido, fez com que um número enorme de informações surgisse diariamente. Esse excesso de informações pode contribuir para o surgimento de distúrbios comprometedores da saúde mental de estudantes universitários (COELHO, *et al*, 2020). Ademais, deve-se investigar a fonte à qual esses universitários consomem as informações, tendo em vista que um dos maiores estressores para estudantes pode ser a propagação de informações inadequadas (MAIA; DIAS, 2020).

À vista disso, os participantes foram questionados também quanto às fontes mais utilizadas para obtenção de informações acerca do novo coronavírus, vide Tabela 2.

	Respostas	Frequência	Frequência relativa
Reportagens jornalísticas	Não utilizado	19	0,05
	Pouco utilizado	90	0,24
	Moderadamente utilizado	129	0,34
	Muito utilizado	140	0,37
	Total	378	1,00
Site oficiais como OMS, OPAS, MS, Fiocruz	Não utilizado	40	0,11
	Pouco utilizado	102	0,27
	Moderadamente utilizado	136	0,36
	Muito utilizado	100	0,26
	Total	378	1,00
Redes sociais	Não utilizado	27	0,07
	Pouco utilizado	100	0,26
	Moderadamente utilizado	123	0,33
	Muito utilizado	128	0,34
	Total	378	1,00
Artigos científicos	Não utilizado	60	0,16
	Pouco utilizado	144	0,38
	Moderadamente utilizado	117	0,31
	Muito utilizado	57	0,15
	Total	378	1,00
Conversa com amigos e familiares	Não utilizado	35	0,09
	Pouco utilizado	131	0,35
	Moderadamente utilizado	109	0,29
	Muito utilizado	103	0,27

	Total	378	1,00
Outros	Não utilizado	213	0,56
	Pouco utilizado	92	0,24
	Moderadamente utilizado	45	0,12
	Muito utilizado	28	0,07
	Total	378	1,00

Tabela 2. Fontes de informação acerca do novo coronavírus por estudantes da área da saúde do CCS/UFES (n= 378).

Como observado, as reportagens jornalísticas, as conversas com amigos e familiares e as redes sociais foram muito utilizadas pelos estudantes universitários. Enquanto isso, a busca por artigos científicos sobre o tema foi uma das fontes mais pontuadas como “não utilizadas”. Estudos demonstram que a maioria dos estudantes indica as redes sociais como a principal fonte de informação acerca da COVID-19 (GOHEL, *et al*, 2020; SAQLAIN, *et al*, 2020). No entanto, como já discutido acima, os jovens devem estar atentos às informações e sua veracidade, pois são vulneráveis às notícias falsas que circulam por aplicativos de mensagens instantâneas e em outras redes sociais (MUSGROVE, *et al*, 2018).

Além disso, chama atenção à pouca utilização de artigos científicos por estudantes universitários de cursos da área da saúde durante a pandemia de COVID-19. Embora possa demandar maior tempo de pesquisa, quando comparado ao uso de redes sociais em que as notícias aparecem ao atualizar a página da plataforma, por exemplo, as informações de periódicos científicos podem possuir maior veracidade e menos influências de meios comunicativos.

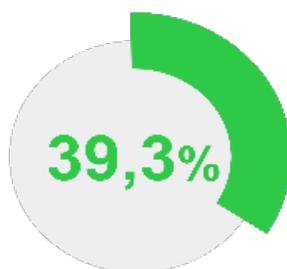


Gráfico 45. Frequência dos que realizaram ao menos um curso sobre o Coronavírus e/ou COVID-19 (n=378).

Os estudantes foram questionados se realizaram algum curso sobre a COVID-19 e 39,3% (n=150) declararam que fizeram ao menos um (Gráfico 45). Durante a época da coleta de dados, diversas plataformas científico-educacionais disponibilizaram cursos e outros materiais gratuitos e *online* sobre a COVID-19. Dentre as plataformas, por

exemplo, tem-se o Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), Ambiente Virtual de Aprendizagem do SUS (AVA-SUS), o Campus Virtual Fiocruz e de outras universidades federais, como o Lumina - Educação para todos (UFRGS) e a plataforma de cursos *online* da Universidade de São Paulo – USP *Online*.

Veiga; Gomes (2021), em revisão de literatura sobre o tema, indicam que são diversos os fatores que implicam a não realização de cursos e na busca por informações. E que esses fatores irão impactar no processo de aprendizagem e no desejo pela busca de novos conhecimentos. Entre esses, os autores destacam a excepcionalidade do momento, estudantes com pouco acesso à internet, ou ainda, aqueles que estão vivenciando um processo de luto.

4.3 Comportamento frente às medidas de prevenção

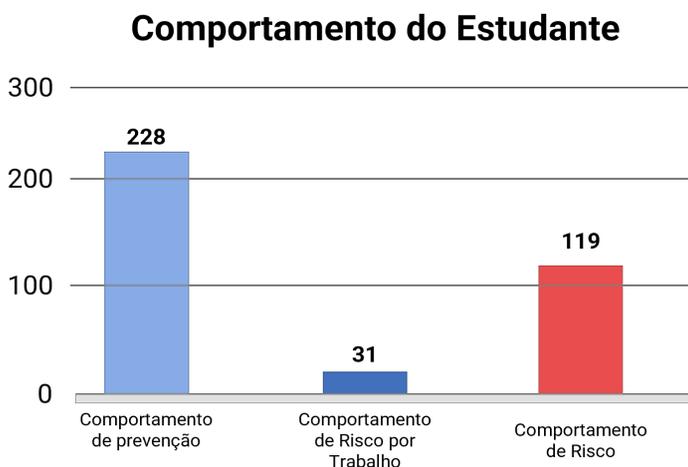


Gráfico 46. Frequência quanto à avaliação comportamento relacionado ao distanciamento social durante a pandemia de COVID-19.

De acordo com os relatos sobre o comportamento do estudante frente ao distanciamento social, identificamos e classificamos as condutas dos estudantes em três categorias de análise (Gráfico 46). A primeira delas, Comportamento de Prevenção, se refere a estudantes que seguiram as recomendações de distanciamento social (60,3%; n=228). A segunda categoria, Comportamento de Risco por Trabalho, reuniu todos aqueles que interromperam o isolamento social em função de seu trabalho (8,2%; n=31). E finalmente, como terceira categoria, Comportamento de Risco, foram alocados todos aqueles que não realizaram as recomendações de isolamento e distanciamento (31,5%; n=119).

O comportamento preventivo está concatenado a fatores demográficos, comportamento em saúde e fatores psicossociais, portanto, a adoção de medida protetivas individuais pode estar associada não apenas a decisões individualizadas (PEIXOTO *et al.*,

2020). Como pode ser o caso daqueles estudantes que relataram comportamento de risco por trabalho.

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), considera a juventude (faixa-etária entre 15 e 30 anos), um período importante para o desenvolvimento humano, onde os comportamentos de risco fazem parte do processo, podendo estimular a independência e formação de identidade. Entretanto, no contexto pandêmico, comportamentos de risco estão relacionados com o aumento de exposição a doença (OPAS, 2021).



Figura 17. Nuvem de Palavras sobre a adesão ao distanciamento social e a preocupação sobre a contaminação e a disseminação de COVID-19 em seus bairros.

Dentro da mesma temática, os estudantes foram incentivados a descreverem como perceberam a adesão ao distanciamento social e preocupação referente a contaminação no bairro de sua residência. As narrativas geraram a Nuvem de Palavras (Figura 17) onde as palavras de maior frequência foram “Baixa”, “Máscara” e “Comércio”, seguidas de “Recomendação”, “Preocupação” e “Aglomeração”. Indicando mais um possível fator gerador de estresse e insegurança.

5 | INFECÇÃO/CONTAMINAÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS

“Eu gostaria de agradecer, por todo tempo dedicado em busca de respostas, soluções e tratamentos para essa doença. E desejar sorte, para que a solução desse problema seja logo encontrada, para que assim mais vidas sejam salvas e para que possamos voltar para a nossa nova rotina o mais breve possível.”

“Ninguém tem como garantir que sentirá sintomas leves.”

(Recados dos estudantes aos pesquisadores).

5.1 Estudantes e a COVID-19

A seção seguinte se ocupa a questionar sobre a infecção/contaminação pelo novo Coronavírus.



Gráfico 47. Frequência dos que acham que se infectaram com o novo coronavírus e aqueles que tiveram o diagnóstico da infecção até o quinto mês de pandemia (n= 378).

No 5º mês da pandemia, os estudantes foram questionados se achavam terem sido contaminados e 19,8% (n=75) responderam afirmativamente. Entre esses, somente 14,7% (n=11) tiveram um diagnóstico confirmado (Gráfico 47). Destaca-se que até o final de novembro de 2020, o grupo de pessoas entre 20 e 29 anos correspondia a uma das principais faixas etárias em número de casos no Espírito Santo (SESA-ES, 2020a). É importante salientar que a COVID-19, por ser uma nova doença infecciosa e de alta taxa de transmissibilidade entrou na lista de doenças de notificação compulsória do Ministério da Saúde, no entanto, pesquisas indicam uma proporção significativa de subnotificação dos casos.

Prado e colaboradores (2020), estimaram o número real de casos de COVID-19 no Brasil, até 20 de abril de 2020, utilizando o número de óbitos pela doença e a proporção de casos de letalidade informada pela OMS. Os pesquisadores concluíram que o número real de casos no Brasil foi de cerca de 11 vezes maior do que aquele notificado, ou seja, apenas 9,2% foram notificados. Dessa forma pode-se cogitar que, àquela época, mais estudantes tenham sido infectados.



Figura 18. Nuvem de Palavras sobre como se sentiram ao acreditarem estar com COVID-19.

Para esses que responderam de forma afirmativa à questão anterior, solicitou-se que relatassem como se sentiram. O relato gerou a Nuvem de Palavras da Figura 18, onde os vocábulos de maior frequência foram aquelas relacionadas a sintomatologia da COVID-19, como “Dores”, “Febre”, “Tosse”, “Olfato” e “Fraqueza”. A palavra “Medo”, apesar de menos frequente, também esteve entre os relatos demonstrando o temor gerado pelo desconhecimento da doença e suas consequências.

5.2 Círculo próximo e a COVID-19

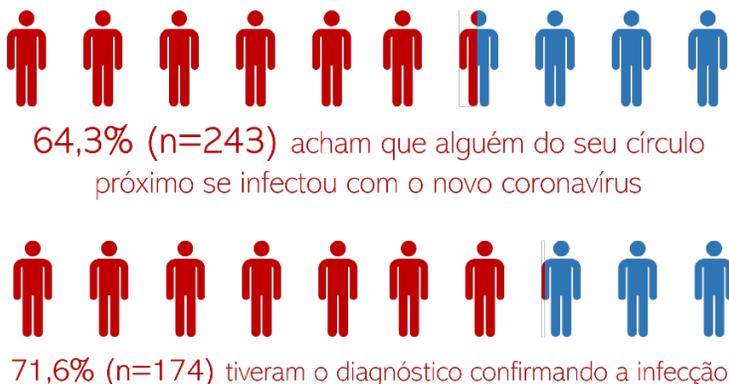


Gráfico 48. Frequência dos que achavam que alguém do seu círculo próximo se infectou e daqueles que tiveram o diagnóstico da infecção por alguém próximo (n= 378).

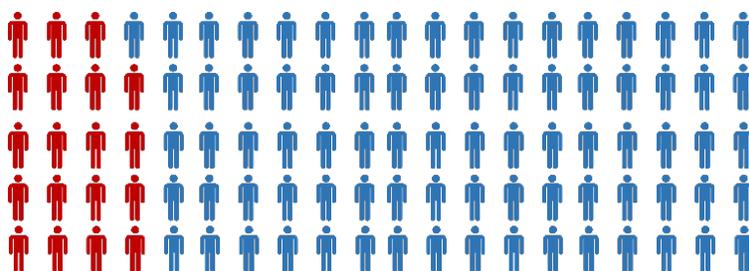
A mesma pergunta sobre infecção de COVID-19 foi feita na referência de pessoas do círculo próximo. Os resultados indicaram que 64,3% (n=243) dos estudantes acreditavam ter alguém próximo infectado. Dentre esses, 71,6% (n=174) tiveram um diagnóstico para confirmar a infecção (Gráfico 48). Salienta-se que em julho de 2020, mês em que ocorreu a coleta de dados desta pesquisa, o Espírito Santo notificou um número significativo de

novos casos de coronavírus, atingindo a marca de 36 mil casos (SESA ES, 2020a). Como descrito anteriormente, no estudo de Prado e colaboradores (2020), é possível a hipótese de que para esse público também houve um número significativo de subnotificação.



Figura 19. Nuvem de Palavras sobre os principais sentimentos quando acreditavam que alguém de seu círculo próximo estava infectado.

Para aqueles que confirmaram terem tido pessoas próximas infectadas foi solicitado um relato de seus sentimentos, resultando na Nuvem de Palavras da Figura 19. As palavras de maior frequência foram “Medo” e “Preocupação”, seguidos de “Sintoma”, “Triste”, “Risco”, “Contato” e “Dor”. Outras palavras com frequências menores também chamam atenção como “Apreensivo”, “Inseguro”, “Raiva”, “Péssima” e “Impotente”, representando sentimentos negativos e de insegurança muito presentes num momento em que não havia tratamento específico conhecido ou métodos de imunização em massa desenvolvidos para a COVID-19.



19% (n=72) perderam alguém do círculo próximo (família e/ou amigos) para a COVID-19.

Gráfico 49. Frequência dos que perderam alguém do seu círculo próximo em função da COVID-19 (n= 378).

Entre os 378 estudantes que participaram da pesquisa, 19% (n=72) responderam afirmativamente quando questionados se perderam alguém do círculo próximo (família e/ou amigos) para a COVID-19 (Gráfico 49). Analisando esse resultado e considerando apenas os que responderam afirmativamente terem tido alguém do círculo próximo infectado (174), o número de óbitos sobe de maneira exponencial, representando 41,37% entre pessoas próximas (Gráfico 50).

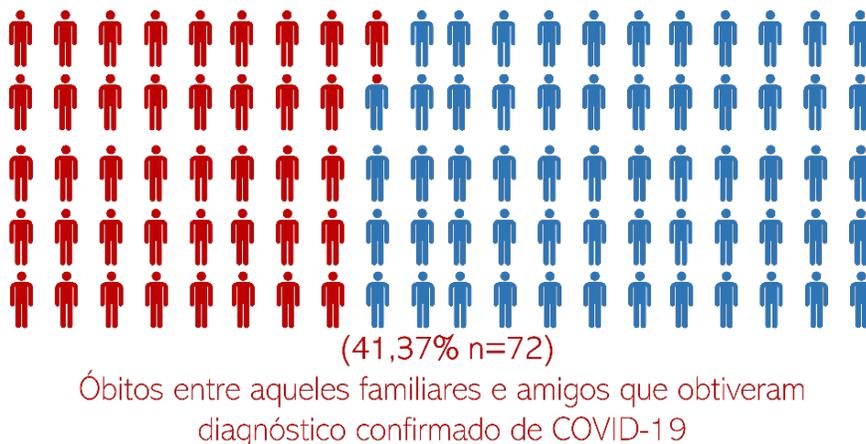


Gráfico 50. Frequência dos Óbitos entre aqueles familiares e amigos que obtiveram diagnóstico confirmado de COVID-19 (n=174).

Diversos aspectos referentes a notificação de óbitos por COVID-19 devem ser levados em conta. França e colaboradores (2020) apresentam que a notificação de óbito por COVID-19 também pode ter sido pouco dimensionada pelo Ministério da Saúde uma vez que era de conhecimento a subnotificação de casos, a escassez de testes confirmatórios e a confirmação laboratorial da doença em casos suspeitos devido a rapidez com que a pessoa foi a óbito. Além da jornada de trabalho excessiva dos profissionais de saúde, levando às falhas na notificação e a falta de protocolo nacional padronizado.

Em estudo realizado por Maciel e colaboradores (2020), que objetivou a análise de fatores associado ao óbito hospitalar por COVID-19 no Espírito Santo, entre os 420 casos com desfecho até 14 de maio de 2020, 200 (47,62%) pessoas receberam alta e 220 (52,38%) foram a óbito. Os autores apontam um impacto considerável das desigualdades em saúde, a dificuldade de acesso à serviços, as comorbidades, as diferenças socioeconômicas encontradas no Estado e o subfinanciamento do SUS como fatores determinantes para esses resultados.

No mês de junho, um mês antes da coleta de dados desta pesquisa, foi o período de mais óbitos por COVID-19 no Espírito Santo no ano de 2020 (SESA, ES, 2020b).

Analisando um outro aspecto, a pandemia da COVID-19 trouxe uma diferente realidade quanto ao cuidado à saúde mental e atenção psicossocial de pessoas que atravessaram o luto durante esse momento pelo falecimento de seus entes queridos (FIOCRUZ, 2020b). As restrições impostas para conter a pandemia interferiram diretamente nos “rituais de despedida”, como são conhecidos os processos de despedida entre pessoas na iminência da morte e seus familiares (CREPALDI *et al*, 2020). Os velórios de pessoas que faleceram em decorrência da doença não foram realizados, e os caixões, em geral, foram lacrados. Esse cenário, onde há falta de um momento para racionalizar o luto, contribui para um processo de luto mais duradouro e intenso do que o esperado. (FIOCRUZ, 2020c).

6 | IMPACTO PERCEBIDO

“Por favor, vamos resolver essa situação desse calendário acadêmico logo. Eu preciso urgente me formar, eu preciso trabalhar para ajudar minha família. Cada dia mais estou ansiosa sem saber uma resposta, se terá aula EAD, se não terá, se vou me formar ou não.”

“Acho de extrema importância o retorno das atividades acadêmicas, muitos alunos precisam se formar (e me incluo nisso), a UFES precisa pensar em estratégias para que nós alunos não sejamos tão prejudicados.”

(Recados dos estudantes aos pesquisadores).

A seção “Impactos da COVID-19” se ocupa da descrição dos resultados dos seguintes questionamentos, como o estudante avaliou as mudanças de vida ocasionadas pelo Novo Coronavírus, de que forma mudou e como o atraso na formatura pode impactar sua vida.



Gráfico 51. Frequência dos que consideraram que houve mudanças em suas vidas ocasionadas pelo coronavírus (n= 378).

Entre os 378 estudantes, 95,8% (n=362) consideram que o coronavírus mudou a sua vida (Gráfico 51). A pandemia gerou mudanças na rotina de vida de todos e, conseqüentemente, os universitários também foram afetados, sendo estimadas

repercussões no ensino superior a nível mundial mesmo após o controle da doença. Os impactos na vida acadêmica vão além da interferência nos planos profissionais ancorados na expectativa de conclusão do curso, podem ocasionar também, efeitos negativos a saúde mental, com preocupações e reduções nos níveis de satisfação com a vida. A literatura aponta a importância de a gestão estar atenta à construção de novos recursos de atenção a esses estudantes universitários, visando a minimização dos impactos causados pela COVID-19 (GUNDIM, *et al*, 2020; UFU, 2020; VIEIRA, *et al*, 2020; PINHO, *et al*, 2020).



Figura 20. Nuvem de Palavras sobre as principais mudanças em função da COVID-19.

A questão “Como mudou?” gerou a Nuvem de Palavras da Figura 20, onde os vocábulos de maior frequência foram “Rotina” e “Formação”, seguidas de “Família”, “Higiene”, “Ansiedade”, “Amigo” e “Tempo”. Verifica-se que as mudanças impostas a rotina, aliada a insegurança no que diz respeito a formação universitária passa a fazer parte das preocupações, assim como o risco de infecção pelo Novo Coronavírus.



Figura 21. Nuvem de Palavras sobre como o atraso na formatura impacta na vida.

Quando indagados sobre o impacto gerado pelo atraso na formatura, as palavras com maior frequência entre os relatos foram “Família” e “Financeiro”, seguidos de “Trabalhar” e “Independência”, “Saúde Mental”, “Formação”, “Plano” (Figura 21). As questões financeiras e de carreira foram as mais abordadas sugerindo serem essas as maiores repercussões do atraso gerado na formação do estudante, impactando nas famílias, na saúde mental e nos planos de futuro.

7 | RECADO AOS PESQUISADORES

Por fim, perguntamos aos estudantes se gostariam de deixar algum recado aos pesquisadores e fomos surpreendidos com 143 narrativas. Algumas já foram utilizadas na introdução de cada um dos capítulos e estamos trabalhando com o conjunto delas para publicação posterior. No entanto, iremos apresentar uma classificação preliminar onde utilizamos a análise de conteúdo como metodologia. Nossa intenção é de tornar pública a voz do nosso estudante.

Foi possível classificar as narrativas em alguns temas principais. O primeiro foi o **Agradecimento**, onde os estudantes reconheceram a importância da pesquisa. Em um momento de tanta incerteza, os estudantes reconheceram os esforços deste pequeno grupo em ouvi-los, mesmo antes das autoridades universitárias:

“Grata pelo trabalho que todos estão realizando diante de um momento novo, tão delicado e cheio de incertezas pelo qual estamos passando. Vocês, com cada contribuição científica, nos deixam esperançosos por um amanhã melhor.”

Na sequência, destacamos o tema **Preocupação com Atraso na Formatura** e como esse atraso impacta a vida de cada um. Nesse sentido, são capazes inclusive de renunciarem à qualidade do ensino ou ainda, questionarem a suspensão das atividades e orientações sanitárias, demonstrando muita ansiedade com seu futuro.

“Por favor, viabilizem alguma forma de retorno, que seja remoto, que seja improvisado, não importa... Não dá para parar tudo e ficarmos à mercê de torcer pela vacina para fazer algo, uma vez que isso só prejudica a quem precisa e tem pressa para formar. Não percam tempo querendo evitar queda de qualidade de ensino (...)”

E elencamos um outro tema, aqueles que se manifestam **Contra o Ensino Remoto** e as incertezas referentes aos formatos possíveis de retorno ao ensino.

“EAD e ensino remoto prejudicará os alunos de baixa renda.”

“Impossível um curso da área de saúde ser EAD! Precisamos ter laboratórios, contato com paciente. A UFES precisa de uma solução.”

“Não é possível formar um dentista apenas com aula on-line.”

Outro tema de destaque é a **Preocupação com a Situação Sanitária, Política e Econômica** e, mais uma vez, a insegurança quanto aos rumos do próprio país ganha destaque na fala do estudante universitário do CCS/UFES.

“(...) as pessoas não têm como saberem como a covid vai afetar sua saúde. Ninguém tem como garantir que sentirá sintomas leves.”

“Lutem pra que a população entenda a importância e a gravidade dessa situação. Não se calem perante ao governo ou ao que profissionais ruins têm feito com os pacientes.”

“Senti falta de perguntas quanto a estudantes membros de grupos de risco. Eu por exemplo tenho bronquite asmática, não muito severa. Mas tem casos graves e de demais comorbidades como diabetes, hipertensão e afins. (...)”

Os graduandos também demonstraram preocupação quanto as **Desigualdades** que a pandemia explicitou

“(...) eu adoraria estar estudando, mas neste momento preciso trabalhar para ajudar meus pais a arcar com minhas despesas. Apesar de ter impacto negativo na minha formação em relação ao tempo perdido, eu ainda me preocupo em voltar pra universidade e meus pais não terem, ainda, nesta pandemia, condições de me sustentar financeiramente sozinhos. (...)”

E com uma certa **Morosidade da Gestão da Universidade**. Destaca-se de que essa morosidade foi também reflexo de uma situação até então desconhecida por parte dos gestores.

“(...) a falta de uma posição clara, precisa e objetiva por parte da UFES tem gerado ansiedade nos discentes e atrapalhado o desenvolvimento de planejamento e adaptações. Em particular, durou meses a minha dúvida sobre a manutenção do aluguel do meu imóvel em Vitória, pois não há certeza alguma sobre volta das aulas ou implantação do ensino remoto!”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer as concepções, vivências e práticas dos estudantes do CCS/UFES durante os cinco primeiros meses da pandemia da COVID-19, nos permitiu traçar um panorama da necessidade de planejamento diferenciado para a gestão da universidade pública. Além da convicção de que o tema não se esgota por aqui, mas é apenas iniciado.

Os impactos do Sars-Cov-2 na formação acadêmica, bem como na vida pessoal dos estudantes devem ser considerados como tema imperioso para as universidades públicas brasileiras e encontram-se diretamente ligados àqueles percebidos em toda a sociedade, bem como, em acadêmicos de várias partes do mundo. O medo e a ansiedade marcaram esse período, além da preocupação constante, mudanças geográficas, isolamento, acúmulo de demandas familiares, perdas financeiras significativas e luto. Esses aspectos, levam a inevitabilidade do desenvolvimento de políticas locais diversificadas através da criação de redes de apoio e acolhimento focadas na manutenção da saúde física, mental e de assistência social para nossos jovens universitários.

Esperamos deixar com esse material uma contribuição ao debate sobre a necessidade do desenvolvimento de novas políticas de assistência e de ensino nas universidades públicas brasileiras e, em especial, na Universidade Federal do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A.M.J; TEIXEIRA, M.A.P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 512-528, Aug. 2017. DOI 10.1590/s1414-40772017000200014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000200512&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 nov 2020.

APPENZELLER, S. *et al.* **Novos Tempos, Novos Desafios: Estratégias para Equidade de Acesso ao Ensino Remoto Emergencial**. Revista Brasileira de Educação Médica [online], v. 44, Supl 01 DOI 10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200420. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200420>. Acesso em: 12 nov 2020.

AQUINO, E.M.L. *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2423-2446, 2020. DOI 10.1590/1413-81232020256.1.10502020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>. Acesso em 12 nov 2020.

ASSIS, A.C.L.; *et al.* As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL [online]**, v. 6 (4). p. 125-146, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=319329765009>. Acesso em 21 nov 2021.

BARBOSA, R.M.; MONTINO, M.A. Mulher universitária: dificuldades e superações para concluir o ensino superior. **Revista Multidebates**, Palmas - TO, v.4, ed.6, p.170-182, 2020. Disponível em: <https://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/305>. Acesso em: 24 de abril 2021.

BARROS, S.C.V.; MOURAO, L. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v.30, e174090, 2018. DOI 10.1590/1807-0310/2018v30174090. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100214&lng=en&nrm=iso. Acesso em 30 nov. 2020.

BORGES, E.L.; *et al.* Sobrecarga do cuidador familiar: a sobrecarga de cuidar de pacientes com câncer de pulmão, de acordo com o estágio do câncer e a qualidade de vida do paciente. **J. bras. pneumol.**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 18-23, Fev. 2017. DOI 10.1590/s1806-37562016000000177. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-37132017000100018&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 Dez. 2020.

BRANDT, J.Z.; TEJEDO-ROMERO, F.; ARAUJO, J.F.F.E. Fatores influenciadores do desempenho acadêmico na graduação em administração pública. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 46, p. e202500, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/169714>. Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 5, 20 jul. 2010. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/6652601/pg-5-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-20-07-2010>. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL (2016a). Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 241, p. 2, 16 dez. 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21295527/doi1-2016-12-16-emenda-constitucional-n-95-21295459. Acesso em 28 nov. 2021.

BRASIL (2016b). Lei nº 13.297, de 16 de junho de 2016. Altera o art. 1º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, para incluir a assistência à pessoa como objetivo de atividade não remunerada reconhecida como serviço voluntário. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ed. 115, p. 1, 17 jun. 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21287585/doi1-2016-06-17-lei-no-13-297-de-16-de-junho-de-2016-21287498. Acesso em: 25 out 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares – Cursos de Graduação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, [S. d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL (2021a). Painel Coronavírus. **Ministério da Saúde**. Brasília, DF: 2021. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html. Acesso em: 21 nov. de 2021.

BRASIL (2021b). Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. Dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, ed. 108, p. 15, 11 de jun. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.172-de-10-de-junho-de-2021-325242900>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL (2019a). **Censo da Educação Superior**. Ministério da Educação - INEP. Brasília, DF: 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 30 nov 2020.

BRASIL (2019b). **Diagnóstico dos serviços de água e esgoto - 2019**. Ministério do Desenvolvimento Regional - SNIS, Brasília, DF: 2019. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-agua-e-esgotos/diagnostico-dos-servicos-de-agua-e-esgotos-2019>. Acesso em 11 jun. 2021.

BRASIL (2020a). **Protocolo de Manejo Clínico do Coronavírus (COVID-19) na Atenção Primária à Saúde, versão 4**. Brasília – DF: 2020. Ministério da Saúde - Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Disponível em: https://www.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Protocolo-Manejo-Clinico_APS_versao04.pdf. Acesso em: 11 out. 2021.

BRASIL (2020b). Portaria, nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 53, p. 39, 18 mar 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL (2020c). Portaria, nº 345, de 19 de março de 2020. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. extra, p. 1, 19 mar 2020. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=603&pagina=1&data=19/03/2020&totalArquivos=1>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL (2020d). Portaria, nº 544, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 114, p. 62, 17 jun 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL (2020e). Parecer Homologado das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. **Diário Oficial da União**: seção: 1, Brasília, DF, p. 106, 10 de dez de 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167131-ppc019-20&category_slug=dezembro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 nov. 2021.

CAMARGO, Erika Barbosa; ELIAS, Flávia Tavares Silva. (org.). **Nota rápida de evidência: o papel dos transportes públicos na transmissão de COVID-19**. Brasília: Fiocruz, 2020. 12 p. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/43142/4/Nota%20r%c3%a1pida_%20Transporte%20e%20COVID19_NRE%2003.pdf. Acesso em: 05 fev 2021.

CAO, W; *et al.* **The psychological impact of the COVID-19 epidemic on college students in China**. *Psychiatry Res.* 287:112934, 2020. DOI 10.1016/j.psychres.2020.112934. Acesso em 23 set 2020.

CASTELBLANCO, D.C.C. *et al.* **Cuidado al cuidador profesional de salud: revisión integrativa**. *Revista Uruguaya de Enfermería*, v. 15, n. 1, p. 1-14, 2020. Acesso em: 12 dez 2020.

CESTARI, V.R.F.; *et al* Estresse em estudantes de enfermagem: estudo sobre vulnerabilidades sociodemográficas e acadêmicas. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 30, n.2, p.190-196, 2017. DOI 10.1590/1982-0194201700029. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002017000200190&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 nov. 2020.

COELHO, A.P.S. *et al.* Saúde mental e qualidade do sono entre estudantes universitários em tempos de pandemia da COVID-19: experiência de um programa de assistência estudantil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e943998074-e943998074, 2020. Acesso em: 11 jun 2021.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2018**. 14. ed. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2018. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 569, de 8 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre os cursos da modalidade educação a distância na área da saúde. Conselho Nacional de Saúde, 2017. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2017/Reso569.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CORREIA, I.F.S. **Processos de Resiliência em Estudantes Universitários que Trabalham: Estudo Exploratório Durante a Pandemia COVID-19**. 2021. Dissertação (Mestrado Integrado de Psicologia) - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, 2021. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/137671>. Acesso em: 01 nov. 2021.

COUTINHO, A.L. **Afirmção política e política afirmativa: cotas para negros na Universidade Federal do Espírito Santo**. Orientador: Maria Helena Elpidio Abreu. 2018. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, [S. I.], 2018. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/11107/1/tese_12493_Arthur%20L.%20Coutinho.pdf. Acesso em 17 jan. 2021.

CUNHA, L.F.F.; SILVA, A.S.; SILVA, A.P. **O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação.** Revista Com Censo, [s.l.], v. 7 n. 3, p. 27-37, ago. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924> Acesso: 10 nov. 2021

CREPALDI, Maria Aparecida *et al.* **Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas.** Estudos de Psicologia (Campinas), v. 37, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200090>. Acesso em: 12 fev. 2021.

HEALTH AND HUMAN SERVICES DEPARTMENT. Solicitation for Written Comments on an Updated Health Literacy Definition for Healthy People 2030, EUA, MD: 2019. Disponível em: <https://www.federalregister.gov/documents/2019/06/04/2019-11571/solicitation-for-written-comments-on-an-updated-health-literacy-definition-for-healthy-people-2030>. Acesso em: 5 nov. 2021.

DIB, A.M. **A relevância do Programa Nacional de Assistência Estudantil na educação.** In: SILVA, A. J. N.; BOMFIM, A. L. Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil. Ponta Grossa: Atena, 2020. cap. 2, p. 14-27. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/41232>. Acesso em: 16 jul. 2021.

DOTA, E.M.; COELHO, A.L.N.; CAMARGO, D.M. (org.). **Atlas da migração no Espírito Santo. Vitória, UFES, Proflex.** Disponível em: <http://www.geo.ufes.br/sites/geografia.ufes.br/files/field/anexo/atlas3.pdf>. Acesso em: 6 Nov 2020. , v. 15, p. 2019, 2017.

DUARTE, H.F.F.L.; TEIXEIRA, E.C. **Efeito do nível de escolaridade sobre a fecundidade no Brasil.** Economia & Região, Londrina, v. 9, n. 1, p. 167-185, jan./jun. 2021. DOI 10.5433/2317-627X.2021v9n1p167. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/40216>. Acesso em: 10 ago. 2021.

DUTRA, N.G.R.; SANTOS, M.F.S. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções.** Aval. pol. públ. educ, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017. DOI 10.1590/S0104-40362017000100006. Disponível em: <https://www.scielo.br/fj/ensaio/a/63KjnRwHdxVTTxKwdSmbvwx/?lang=pt#>. Acesso em: 16 jul. 2021

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ) (2020a). **Coronavírus faz educação à distância esbarrar no desafio do acesso à internet e da in experiência dos alunos.** Brasília: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41167/2/EADAccessoInternet.pdf>. Acessado em: 24 jul. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ) (2020b). **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19: Recomendações Gerais.** Brasília, DF: 2020. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%C3%BAde-Mental-e-Aten%C3%A7%C3%A3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-recomenda%C3%A7%C3%B5es-gerais.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ) (2020c). **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19: Processo de luto no contexto da COVID-19.** Brasília, DF: 2020. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%C3%BAde-Mental-e-Aten%C3%A7%C3%A3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-processo-de-luto-no-contexto-da-Covid-19.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas (Unicef). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Ainda é possível mudar 2030**. Brasília, DF: [S. d.]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FRANÇA, EB *et al.* Óbitos por COVID-19 no Brasil: quantos e quais estamos identificando?. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 23. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200053>. Acesso em: 25 jul. 2020. ABNT - OK

GARCIA, D. I. B.; MUNHOZ, M. L. L. **Educação especial na perspectiva inclusiva no ensino superior: estudo sobre educandos com deficiência**. *Educere - Revista da educação*, [s. l], v. 20, n. 1, p. 187-209, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25110/educere.v20i1.2020.7475>. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/educere/article/view/7475>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GLOBOPLAY. **Milhões de brasileiros tiveram acesso negado ao auxílio emergencial**. Rio de Janeiro, RJ: 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8569278/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

GOHEL, KH. *et al.* Knowledge and perceptions about COVID-19 among the medical and allied health science students in India: an online cross-sectional survey. **Clin Epidemiol Glob Health**, [S. l], v. 9, p. 104-109, Ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cegh.2020.07.008>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32838066/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ (PR). **Guia do Isolamento Domiciliar**. Curitiba, PR: 2020. Disponível em: <https://www.coronavirus.pr.gov.br/Campanha/Pagina/GUIA-DO-ISOLAMENTO-DOMICILIAR>. Acesso em: 20 out 2021.

GRUBIC, N.; BADOVINAC, S.; JOHRI A.M. Student mental health in the midst of the COVID-19 pandemic: A call for further research and immediate solutions. **International Journal of Social Psychiatry**, [s.l], v.66, 517–518, 2020. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0020764020925108#_i1. Acesso em: 3 set.2021.

GUNDIM, V. A. *et al.* Saúde mental de estudantes universitários durante a pandemia de COVID - 19. **Rev baiana enferm**, [s. l], v. 35, p. 1-14, 2021. DOI 10.18471/rbe.v35.37293. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/37293>. Acesso em: 28 ago. 2021.

HEDLER, H.C. *et al.* Representação social do cuidado e do cuidador familiar do idoso. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 143-153, jan./jun.2016. DOI 10.1590/1414-49802016.00100015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802016000100143&lng=en&nrm=so. Acesso em: 3 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2020a). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD COVID19: julho/2020: resultado mensal**. Rio de Janeiro: IBGE - Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101745.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2020b). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020**. [S. l], 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/pesquisa/10070/64506>. Acesso em: 16 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2020c); **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2020**. 43. ed. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Disseminação de Informações - Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2020c); **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2020**. 43. ed. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Disseminação de Informações - Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2019a). **Pesquisa Nacional de Saúde: Informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde - 2019**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101748.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2019b). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – 2019: Características gerais dos domicílios e dos moradores**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=27258&t=sobre>. Acesso em: 17 dez. 2021.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. 10. ed. [S. l.]: [s. n.], 2020. 192 p. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Mapa-do-Ensino-Superior-2020-Instituto-Semesp.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 2016**. Rio de Janeiro: IBGE; 2016. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=1657>. Acesso em: 03 mar 2021.

JOYE, C.; MOREIRA, M.; ROCHA, S. Distance Education or Emergency Remote Educational Activity: in search of the missing link of school education in times of COVID-19. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 9, e521974299, 2020. DOI 10.33448/rsd-v9i7.4299. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4299>. Acesso em: 03 mar 2021.

LEMOS, M.R. Estratificação Social na Teoria de Max Weber: Considerações Em Torno do Tema. **Revista Iluminart**, [s. l.], ano 4, n. 9, p. 113-127, 2012. Disponível em: <http://revistailuminart.ti.srt.ifsp.edu.br/index.php/iluminart/article/view/143>. Acesso em: 30 jul. 2021.

LÓPEZ-OLMEDO, *et al.* Revisión rápida: probabilidad de contagio por infecciones respiratorias agudas en el transporte público y medidas para mitigarlo. **Salud Pública de México**, [S. l.], p.1-25, 2020. DOI: 10.21149/11601. Disponível em: <https://saludpublica.mx/index.php/spm/article/view/11601>. Disponível em: <https://saludpublica.mx/index.php/spm/article/view/11601>. Acesso em: 3 set. 2021.

LU, H.; STRATTON, C.; TANG, Y. Outbreak of Pneumonia of Unknown Etiology in Wuhan China: the Mystery and the Miracle. **J Med Virol**, [S. l.], v.92, n. 4, p. 401-02. Fev. 2020. DOI 10.1002/jmv.25678. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31950516/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MACÊDO, S. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID – 19: tecendo sentidos. **Rev. Nufen: Phenom. Interd**, Belém, v. 12, n. 2, p. 187-204, 2020. DOI: 10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.nº02rex.33. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000200012. Acesso em: 16 nov. 2021.

MACIEL, E. L. *et al.* Fatores associados ao óbito hospitalar por COVID – 19 no Espírito Santo, 2020. **Epidemiologia e Serviço de Saúde**, [s. l.], v. 29, n. 4, p. 1-11, 2020. DOI: 10.5123/S1679-49742020000400022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000400022>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MAIA, B. R.; DIAS, P. C. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Estud. Psicol**, Campinas, v. 37, e200067, 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200067>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2020000100504&lng=en&nrm=isso. Acesso: 10 jan. 2020.

MARTINS, P. C. P.; MACHADO, P. G. B.; VOSGERAU, D. S. A. R. Engajamento em estudantes universitários em atividades acadêmicas. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 7, e021038, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/riesup.v7i0.8660084>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8660084>. Acesso em: 3 set. 2021.

MELERO, C. *et al.* A Lei Nº 12.711, de 29 de agosto, como política pública que favorece a busca da igualdade material. **Revista de Ciências da Administração**, [s.l.], v. 20, n. edição especial 2018, p. 130-142, 2018. DOI:

<https://doi.org/10.5007/2175-8077.2018V20nespp130>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2018V20nespp130>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MELO, F. R. L. V.; MARTINS, M. H. Legislação para estudantes com deficiência no ensino superior no Brasil e em Portugal: algumas reflexões. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 38, n. 3, p. 259-269, 2016. DOI: 10.4025/actascieduc.v38i3.30491. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/30491/17037>. Acesso em: 20 JAN.2020.

MUSGROVE, A. T. *et al.* Real or fake? Resources for teaching college students how to identify fake news. **College & Undergraduate Libraries**, [S.l.] v. 25, n. 3, p. 243-260, 2018. DOI: 10.1080/10691316.2018.1480444. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10691316.2018.1480444?journalCode=wcul20>. Acesso em: 5 nov. 2021.

NASCIMENTO, P. M. *et al.* **Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia**. Brasília: Ipea, 2020. 16 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10228>. Acesso em: 23 dez. 2020.

NUNES, R. C. Um olhar sobre a evasão de estudantes universitários durante os estudos remotos provocados pela pandemia do COVID-19. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 10, e1410313022, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.13022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13022>. Acesso em: 27 ago. 2021.

OLIVEIRA, JPM; *et al.* **Saúde/doença: as consequências da falta de saneamento básico**. Informativo Técnico do Semiárido, v. 9, n. 2, p. 23-29, 2015.

OLIVEIRA, W., & CHAVES, S. (2020). **Os desafios da gestão do ensino superior durante a pandemia da covid-19: uma revisão bibliográfica**. Revista de Saúde-RSF, 7(2) 2020. V.8, n.1, 2021 ISSN 2447-0309. Disponível em: <http://revista.faciplac.edu.br/index.php/RSF/article/view/643> Acesso em: 22 ago. 2020.

OPENSIGNAL. **The State of LTE (November 2016)**. [S. l.]: 2016. Disponível em: <https://www.opensignal.com/reports/2016/11/state-of-lte>. Acesso em: 28 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Os jovens e a COVID-19. Considerações comportamentais no incentivo a Comportamentos seguros: Sumário de políticas**. Brasília: OPAS, 2021. 25 p. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/54577>. Acesso em: 9 set. 2021.

OUR WORLD IN DATA. **Brazil: Coronavirus Pandemic Country Profile**. [S. l.]: 2020. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus/country/brazil>. Acesso em: 26 nov. 2021.

PASTERNAK, S. Habitação e saúde. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 51-66, 2016. DOI: 10.1590/S0103-40142016.00100004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000100051&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 maio 2021.

PEIXOTO, S. V. *et al.* Comportamentos em saúde e adoção de medidas de proteção individual durante a pandemia do novo coronavírus: iniciativa ELSI-COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], v. 36, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00195420. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/GLBwQNDmhTwCprrGYWSKWpB/?lang=pt#>. Acesso em: 9 set. 2021.

PEREIRA, I. C. B. F.; SILVA, A. A. P. Ser cuidador familiar: a percepção do exercício do papel. **Pensar Enfermagem**, [s. l.], v. 16, n. 11, p. 42-54, 2012. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/23932>. Acesso em: 8 set. 2021

PEREZ, P. M. P. *et al.* Práticas alimentares de estudantes cotistas e não cotistas de uma universidade pública brasileira. **Ciência e saúde coletiva**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 531-542, 2016. DOI: 10.1590/1413-81232015212.01732015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000200531&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2021.

PINHO, M. J. S. *et al.* Educação, tecnologias e covid-19: o que nos dizem os estudantes. **Revista Olhares**, Guarulhos, v. 8, n. 3, p. 97-111, 2020. DOI: 10.34024/olhares.2020.v8.11042. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/11042>. Acesso em: 28 ago. 2021

PINTO, F. C. V. *et al.* Jornada Profissional e acadêmica: o conflito e o Impacto na Qualidade de Vida no Trabalho. **Revista ADMPG**, Ponta Grossa, v. 10, e2014761, 2020. DOI: 10.5212/Admpg.v.10.14761.005. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/admpg/article/view/14761/209209213002>. Acesso em: 1 nov.2021.

POIATTI, N. D. Escolaridade feminina e a sua importância na escolha voluntária da fecundidade. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 15, n. 4, p. 1786-1798, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v15i4.13182>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6198/619865691006/html/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

POLIGNANO M. V. Histórias das políticas de saúde no Brasil: uma pequena revisão. In: Cury G. E. **Cadernos do internato rural**. Minas Gerais: Departamento de Medicina Preventiva e Social/ Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, 2000. Disponível em: <http://medicinadeemergencia.org/wp-content/uploads/2015/04/historia-das-politicas-de-saude-no-brasil-16-030112-SES-MT.pdf> Acesso em: 24 out 2020.

POSSA, A. A. C. *et al.* Iniciativas comportamentais para redução da evasão escolar dos jovens de 15 a 29 anos em tempos de pandemia. **Boletim Economia Empírica**, [s.l.], v. 1, n. 4, p. 125-134, 2020. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/bee/article/view/4784>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PRADO, M. F. *et al.* Analysis of COVID-19 under-reporting in Brazil. **Rev Bras Ter Intensiva**, [s. l.], v. 32, n. 2, p. 224-228, 2020. DOI <https://doi.org/10.5935/0103-507X.20200030>. Disponível em: <http://rbti.org.br/artigo/detalhes/0103507X-32-2-7>. Acesso em: 12 nov. 2021.

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E CIDADANIA (PROAECI) UFES. **Carta aberta à comunidade universitária - UFES**. Vitória, ES: 2021. Disponível em: <https://proaeci.ufes.br/carta-aberta-comunidade-universitaria-ufes>. Acesso em: 20 out. 2021.

RICOLDI, A.; ARTES, A. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. **Ex aequo**, Lisboa, n. 33, p. 149-161, 2016. DOI 10.22355/exaequo.2016.33.10 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308753648_Mulheres_no_ensino_superior_brasileiro_espaco_garantido_e_novos_desafios Acesso em: 30 nov. 2020.

RISSO, P; *et al.* **Moradia e COVID-19, uma questão de Saúde Pública - O caso de Votuporanga-SP**. 2020 Votuporanga SP. Disponível em https://vtp.ifsp.edu.br/images/CDI/Arquivos_gerais/Artigo_-_Moradia_e_Covid-19_-_Votuporanga.pdf Acesso em: 9 maio 2021

RODRIGUEZ-MORALES, A.J. COVID-19 in Latin America: The implications of the first confirmed case in Brazil. **Travel Med Infect Dis**, [s.l.], v. 35, n. 101613, p. 1-3, 2020. DOI: 10.1016/j.tmaid.2020.101613. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32126292/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ROSA, TM; GONÇALVES, F. O.; FERNANDES, A. S. **Estratificação Socioeconômica: uma proposta a partir do Consumo**. XIX Encontro Regional de Economia, 2014. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/160445/226386/ss4_mesa4_artigos2014 ESTRATIFICACAO_SOCIOECONOMICA_UMA_PROPOSTA_PARTIR_CONSUMO.pdf/fbbd77ab-e78c-4885-973f-a841a26ab49e. Acesso em 20 de out.2021.

SAQLAIN, M. *et al.* Knowledge, attitude, practice and perceived barriers among healthcare workers regarding COVID-19: a cross-sectional survey from Pakistan. **Journal of Hospital Infection**, [s.l.], v. 105, n. 3, p. 419-423, 2020. DOI 10.1016/j.jhin.2020.05.007. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7211584/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SECRETÁRIA DE SAÚDE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (SESA) (2020a). **Coronavírus - COVID-19**. Vitória, ES: 2021. Disponível em: <https://coronavirus.es.gov.br/>. Acesso em 21 nov. de 2021.

SECRETÁRIA DE SAÚDE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (SESA) (2020b). **Informe epidemiológico COVID-19 - semana 29**. Vitória: SESA, 2020. 29 p. Disponível em: <https://coronavirus.es.gov.br/Media/Coronavirus/Boletins/Boletim%20Covid-19%2012.pdf>. Acesso em 03 ago 2020.

SECRETÁRIA DE SAÚDE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (SESA ES) (2020c). **COVID - 19 Painel de isolamento social**. Vitória, ES: 2021. Disponível em: <https://coronavirus.es.gov.br/painel-isolamento-social>. Acesso em: 21 dez. 2021

SHIMIZU, K. 2019-nCoV, fake news, and racism. **The lancet**, [s. l.], v. 395, p. 685-686, 2020. Special Issue. DOI 10.1016/S0140-6736(20)30357-3. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32059801/>. Acesso em: 9 set. 2021.

SIEMS-MARCONDES, M. E. R. Estudantes com deficiência no ensino superior: trajetórias escolares, acesso e acessibilidade. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 94-104, 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4083>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SILVA, J. M. S. *et al.* A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. **Revista Feminismos**, [s. l.], v. 8, n. 3, p.149-161, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114>. Acesso em: 20 set 2021.

SILVA, M. G.; GALLARDO, A. L. C. F. Políticas públicas e vulnerabilidades habitacionais face à pandemia COVID 19. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, [s. l.], v. 8, n. 67, p.1-15, 2020. Disponível em: https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/download/2714/2515. Acesso em: 20 nov.2020.

SIQUEIRA, H. C. B. *et al.* Pandemia de COVID-19 e gênero: uma análise sob a perspectiva do princípio constitucional da isonomia. **Revista Psicologia & Saberes**, [s. l.], v. 9, n. 18, p. 216-226, 2020. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1230>. Acesso em: 22 dez. 2021

SOUZA, L. P. S. *et al.* Presença do novo coronavírus (SARS-CoV-2) nos esgotos sanitários: apontamentos para ações complementares de vigilância à saúde em tempos de pandemia. **Vigilância Sanitária em Debate**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 132-138, 2020. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1624>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SOUZA, M.; CALDAS, T.; ANTONI, C. Fatores de adoecimento dos estudantes da área da saúde: uma revisão sistemática. **Psicologia e Saúde em debate**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 99-126, 2017. DOI: 10.22289/2446-922X.V3N1A8. Disponível em: <http://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/93>. Acesso em: 12 dez.2020.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). **Sistematização dos debates do Congresso Extraordinário**. São Paulo, SP: 2021. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/congresso-extraordinario-da-une-termina-convocando-24j-pelo-forabolsonaro/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). **CovidPsiq: Conheça os resultados finais da pesquisa sobre saúde mental na pandemia**. Santa Maria, RS: 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/2021/05/21/covidpsiq-conheca-os-resultados-finais-da-pesquisa-sobre-saude-mental-na-pandemia/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). **Impactos da covid-19 na saúde e bem-estar de estudantes universitários**. Uberlândia, MG: 2020. Disponível em: https://comunica.ufu.br/sites/comunica.ufu.br/files/conteudo/noticia/anexo_completomarca_marco.pdf. Acesso em 28 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES) (2020a) – Resolução nº 04 de 18 de março de 2020. **Regulamenta a reorganização das atividades acadêmicas, administrativas e eventos no âmbito da files a partir de 17/3/2020, como medida de prevenção ao COVID-19**. Vitória, ES: Conselho Universitário, 2020. Disponível em: https://sintufes.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-04.2020-Suspens%C3%A3o-das-atividades_.pdf. Acesso em: 25/04/2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES) (2020b). Edital nº 02 de 13 de março de 2020-PROAECI/UFES. **Torna público o cadastro no programa de assistência estudantil da UFES**, Vitória, ES: PROAECI, 2020. Disponível em: http://proaeci.ufes.br/sites/proaeci.ufes.br/files/field/anexo/edital_proaes_2020.1_-_publicado_em_13.03.2020.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES) (2020c). Resolução nº 30/2020 de 18 de agosto de 2020. **Aprova o Earte e regulamenta a oferta de disciplinas do primeiro semestre especial de 2020 nos cursos de graduação da Universidade Federal do Espírito Santo.** Vitória, ES: Conselho Universitário, 2020. Disponível em: https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_no_30.2020_-_cepe_-_adota_e_regulamento_o_earte_0.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES) (2020d). Resolução nº 33 de 24 de agosto de 2020. **Normatiza a flexibilização das normas acadêmicas para os cursos de graduação da Universidade Federal do Espírito Santo no ano letivo de 2020,** Vitória, ES: 2020. Disponível em: https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_no_33.2020_cepe.pdf#overlay-context=resolucoes-de-2020-cepe. Acesso em: 27 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES) (2020e). **Plano de Contingência da UFES em Tempos de Covid-19: Estratégias a Serem Implementadas Durante o Período de Isolamento Social e Num Futuro Cenário Pós-pandemia.** 2º. ed. Vitória: [s. n.]. Disponível em: <https://nuvem.ufes.br/index.php/s/ZTcPBAsAbHaimjJ#pdfviewer>. Acesso em: 26 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES) (2020f). Resolução nº 07 de 6 de abril de 2020. **Dispõe sobre a reorganização das atividades acadêmicas, administrativas e eventos no âmbito da Ufes como medida de prevenção à Covid-19.** Vitória, ES: Conselho Universitário, 2020. Disponível em: <https://daocs.ufes.br/tags/resolu%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 3 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES) (2021a). **Inclusão Digital Emergencial.** Vitória, ES: PROAECI, 2021. Disponível em: <https://proaeci.ufes.br/inclusao-digital-emergencial>. Acesso em: 22 set. 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES) (2021b). **Cortes, contingenciamento, veto e bloqueio de verbas sufocam Universidade.** Vitória, ES: 2021. Disponível em: <https://www.ufes.br/conteudo/cortes-contingenciamento-veto-e-bloqueio-de-verbas-sufocam-universidade>. Acesso em: 16 jul. 2021.

UNIVERSO UFES. **Projetos de pesquisa e extensão da Ufes perdem bolsas e correm risco de acabar.** Vitória, ES: 2019. Disponível em: <http://universo.ufes.br/blog/2019/09/projetos-de-pesquisa-e-extensao-da-ufes-perdem-bolsas-e-correm-risco-de-acabar/>. Acesso em: 03 mar 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES) (2011). Resolução, nº 31/2011 de 22 dezembro de 2011. **Criar o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Espírito Santo (NAUFES), vinculado, administrativamente, à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil desta Universidade (PROGPAES/UFES).** Disponível em: http://www.daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_31.2011.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES) (2016). Resolução nº13/2016 de 27 de abril de 2016. **Autorizar a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) a aderir ao Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação (SISU/MEC) como forma de ingresso nos Cursos de Graduação desta Universidade.** Espírito Santo: Vitória, 2016. Disponível em: <https://sisu.ufes.br/sites/sisu.ufes.br/files/field/anexo/Resolucao%20CEPE-UFES%20n%C2%BA%2013-2016.pdf> Acesso em: 25 jun. 2021.

UOL. **Bolsonaro vai à justiça contra lei que garante internet na educação pública.** [s. l.]: 2021. Disponível em: 26 nov. 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaro-vai-a-justica-contra-lei-que-garante-internet-na-educacao-publica/>. Acesso em: 26 nov. 2021.

VALEBERG, B.; GROV, E. Symptoms in the cancer patient—Of importance for their caregivers' quality of life and mental health?. **Eur J Oncol Nurs**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 46-51, Mar. 2013. DOI: 10.1016/j.ejon.2012.01.009. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22386554/>. Acesso em: 14 nov. 2021

VEIGA, D. V.; GOMES, J. F. Saúde mental dos estudantes do ensino superior no contexto de pandemia Covid-19. 2021. 20 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário FG (UNIFG), Guanambi, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/13708> Acesso em: 15 out 2021.

VIEIRA, K. M. *et al.* Vida de estudante durante a Pandemia: isolamento social, ensino remoto e satisfação com a vida. **EaD em Foco**, [S. l.], v. 10, e1147, 2020. DOI 10.18264/eadf.v10i3.1147. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1147/574>. Acesso em: 28 ago. 2021.

VILELA, R. B.; RIBEIRO, A. BATISTA, N.A. 2020. Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo: Uma aplicação aos desafios do mestrado profissional em ensino na saúde. *Millenium*, [s. l.], v. 2, n. 11, p. 29-36, 2020. DOI <https://doi.org/10.29352/mill0211.03.00230>. Disponível em: <https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/6637>. Acesso em: 10 jan.2020.

VILLA, F.G.; LITAGO, J.D.U.; FERNÁNDEZ, A.S. Percepciones y expectativas en el alumnado universitario a partir de la adaptación a la enseñanza no presencial motivada por la pandemia de COVID-19. **Revista Latina de Comunicación Social**, [S. l.], n. 78, p. 65-85, Out 2020. DOI <https://doi.org/10.4185/RLCS-2020-1470>. Disponível em: <http://nuevaepoca.revistalatinacs.org/index.php/revista/article/view/461> Acesso em: 15 nov. 2021.

WHO - World Health Organization (2020a). WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020. **World Health Organization**. [S. l.]. WHO, 2020. [S. l.]. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em: 25 abr. 2021.

WHO - World Health Organization (2020b). **Water, sanitation, hygiene, and waste management for SARS-CoV-2, the virus that causes COVID-19: interim guidance**. [S. l.]. WHO, 2020. 15p. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-IPC-WASH-2020.4>. Acesso em: 15 ago. 2021

WORLDOMATER. **COVID-19 CORONAVIRUS PANDEMIC**. [S. l.], 2021. Disponível em: https://www.worldometers.info/coronavirus/?utm_campaign=homeAdvegas1. Acesso em: 20 dez. 2021.

YANG, H.; BIN, P.; HE, A.J. Opinions from the epicenter: An online survey of university students in Wuhan amidst the COVID-19 outbreak. **Journal of Chinese Governance**, Wuhan, v. 5, n. 2, p. 234-248. Abr. 2020. DOI 10.1080/23812346.2020.1745411. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23812346.2020.1745411>. Acesso em: 20 jan. 2021

SOBRE OS AUTORES

MARGARETH ATTIANEZI - Doutora, Professora Adjunta do Departamento de Fonoaudiologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória – Espírito Santo. Organizadora. Participou como idealizadora e coordenadora do projeto. Fez parte do processo de orientação, aplicação, análise dos dados e redação final do livro. <http://lattes.cnpq.br/4274985811833201>.

JAIMEL DE OLIVEIRA LIMA - Doutorando em Ciência da Computação pelo Programa de Pós-graduação em Informática da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória – Espírito Santo. Participou como idealizador e membro do projeto. Fez parte do processo de aplicação e análise dos dados. <http://lattes.cnpq.br/1991454496030148>.

VITOR SÉRGIO BORGES - Acadêmico de Fonoaudiologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória – Espírito Santo. Participou como idealizador e membro do projeto. Fez parte do processo de aplicação, análise dos dados e redação final do livro. <http://lattes.cnpq.br/8040344964514376>.

GABRIEL TREVIZANI DEPOLLI - Fonoaudiólogo pela Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória – Espírito Santo. Participou como idealizador e membro do projeto. Fez parte do processo de aplicação, análise dos dados e redação final do livro. <http://lattes.cnpq.br/4938080710929350>.

ANDRÉ ÂNGELO RIBEIRO DE ASSIS FILHO - Acadêmico de Fisioterapia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória – Espírito Santo. Participou como idealizador e membro do projeto. Fez parte do processo de aplicação e análise dos dados. <http://lattes.cnpq.br/5180733402632561>.

IZABELA NOVAIS FERREIRA - Acadêmica de Fonoaudiologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória – Espírito Santo. Participou como membro do projeto. Fez parte da redação final do livro. <http://lattes.cnpq.br/8187253297648262>.

WALLACE SILVA VARGAS - Acadêmico de Enfermagem pela Faculdade Brasileira (Multivix) campi Vitória e Acadêmico de Fonoaudiologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória – Espírito Santo. Participou como membro do projeto. Fez parte da redação final do livro. <http://lattes.cnpq.br/5832517887463317>.



O estudante universitário e o ano de 2020

RELATÓRIO DE PESQUISA

Concepções, vivências e práticas durante a pandemia da Covid-19 no
CCS/UFES

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br



O estudante universitário e o ano de 2020

RELATÓRIO DE PESQUISA

Concepções, vivências e práticas durante a pandemia da Covid-19 no
CCS/UFES

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br